

ATA N.º 27 – 2017/2021

Sessão Ordinária de dezembro

Aos dezoito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte, na Sala Principal do Cineteatro Alba em Albergaria-a-Velha, com início pelas 21 horas, reuniu, em Sessão Ordinária de dezembro, a Assembleia Municipal de Albergaria-a-Velha, presidida pelo seu Presidente, Mário Rui de Almeida Branco, secretariado pela 1.ª Secretária, Sandra Margarida Pereira Marcelino e pelo 2.º Secretário, Martinho Nuno de Jesus da Silva e com a presença dos seguintes **Membros da Assembleia**

Municipal: Paulo André Silva e Silva, Luís Serafim Baptista da Silva, Cristina Margarida Rodrigues Sequeira, Ana Maria Fernandes Carvalho, Carla Cristina Caetano Castro, indigitada a substituir Nuno Filipe Sasche de Almeida Salgado, António Augusto Mendes Lemos, indigitado a substituir Herculano Miguel Pereira Caetano, Jorge Altino Pinho de Melo, indigitado a substituir Ana Daniela Marques Santiago e Pedro Jorge Rebelo Tavares do CDS-PP, José Manuel da Silva Alho, Rui Filipe Silva Marques Sousa, Lúcia Maria Azevedo Antão, João Paulo Lopes Branco, Luís Fernando Leal Duarte Oliveira, Anabela Martins Carvalhinhos, indigitada a substituir Filomena Jesus Silva Bastos, do PPD/PSD, Jesus Manuel Vidinha Tomás e Ludovina Correia da Silva, do PS. -----

As substituições foram efetuadas nos termos do artigo 78.º da Lei 169/99 de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002 de 11 de janeiro e subsequentes alterações. -----

Igualmente compareceram os Presidentes das Juntas de Freguesia, assim distribuídos: Jorge Manuel Lemos da Silva pela Junta de Freguesia de Albergaria-a-Velha e Valmaior; António Oliveira Duarte, pela Junta de Freguesia de Alquerubim; Hélder António de Almeida Brandão, pela Junta de Freguesia de Angeja; José Carlos Estrela Coelho, Presidente da Junta de Freguesia da Branca, Henrique Daniel Silva Caetano, pela Junta de Freguesia de Ribeira de Fráguas; Adalberto Manuel Mónica Correia Póvoa, pela Junta de Freguesia de São João de Loure e Frossos. -----

Pela Câmara Municipal estiveram presentes o Senhor Presidente, António Augusto Amaral Loureiro e Santos, e os/as Senhores/as Vereadores/as, Delfim dos Santos Bismarck Álvares Ferreira, Catarina Rosa Ferreira Soares Mendes, Sandra Isabel da Silva Melo Almeida e José António Nogueira Souto Amaro Pereira, do CDS/PP; António Nunes de Almeida, em substituição de José Licínio Tavares Pimenta e Nuno Miguel Abreu Pereira da Silva, do PPD/PSD. -----

Substituições: Pediram substituição na presente sessão os/as Membros Municipais Nuno Filipe Sasche de Almeida Salgado, Ana Daniela Marques Santiago e Herculano Miguel Pereira Caetano, do CDS/PP, Filomena Jesus Silva Bastos, do PPD/PSD e José Licínio Tavares Pimenta, Vereador do PPD/PSD. Faltaram justificadamente os Membros Municipais Rui Manuel Pereira Marques e Arménio Henrique Oliveira Silva, do CDS-PP. -----

Declarada aberta a sessão pelo Presidente da Assembleia Municipal, deu-se início à análise dos assuntos agendados para a mesma, conforme o Edital n.º 53/17-21, cuja Ordem de Trabalhos se transcreve: -----

A – Expediente, anúncios e informações prestadas pela Mesa; -----

B – Apresentação de votos de congratulação, saudação, protesto, pesar ou outros; -----

C – 1.º Período de Intervenção aberto ao Público; -----

D – Período Antes da Ordem do Dia; -----

E – Período da Ordem do Dia: -----

Ponto 1 – a) Apreciação e votação da ata da Sessão Ordinária de setembro, realizada no dia 25.09.2020; b) Apreciação e votação da ata da Sessão Extraordinária, realizada no dia 13.10.2020; ----

Ponto 2 – Apreciação da Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre a “Atividade Municipal” e “Situação Financeira do Município”; -----

Ponto 3 – Apreciação e votação da proposta de Descentralização Administrativa – Transferência de Competências para as Autarquias Locais e para as Entidades Intermunicipais – Domínios: Saúde e Educação; -----

Ponto 4 – Apreciação e votação da Organização dos Serviços Municipais – Modelo de Estrutura Orgânica Nuclear; -----

Ponto 5 – Apreciação e votação da Organização dos Serviços Municipais – Regulamento da Estrutura e Organização dos Serviços Municipais; -----

Ponto 6 – Apreciação e votação do Orçamento Municipal [a) Orçamento, Plano Plurianual Orçamental e Grandes Opções do Plano; b) Mapa de Pessoal] do Município de Albergaria-a-Velha para 2021; -----

Ponto 7 – Apreciação e votação do projeto de Regulamento Municipal de Instrução de Procedimentos Administrativos; -----

Ponto 8 – Apreciação e votação de: a) autorização prévia genérica para assunção de compromissos plurianuais ou sua reprogramação, no âmbito da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, durante o ano de 2021, nos casos seguintes: - que resultem de projetos ou ações constantes das Grandes Opções do Plano; - cujos encargos não excedam o limite de 99.759,58 € em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de 3 anos; b) delegação da respetiva competência no Presidente da Câmara Municipal; -----

Ponto 9 – Apreciação dos compromissos assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, no âmbito da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, emitida pela Assembleia Municipal na sua sessão de 04.12.2019 – período compreendido entre 26.08.2020 e 24.11.2020; -----

Ponto 10 – Proposta de aprovação em minuta, para efeitos da sua imediata exequoriedade, dos pontos 3 a 8 do presente Edital, nos termos do n.º 3, do art.º 57.º, do Anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

F – 2.º Período da Intervenção aberta ao Público. -----

Presidente da Assembleia Municipal – Deu início à sessão, lembrando os tempos difíceis, de incerteza e de angústia que se continuam a viver, mas que todavia não impedem que os eleitos locais cumpram os deveres inerentes à sua situação. Devido às contingências atuais, nos termos das disposições legais em vigor, informou os Membros Municipais ter sido emitida e disponibilizada uma declaração, para efeitos de eventual apresentação às autoridades de segurança, face às determinações do Governo constantes do Decreto n.º 11/2020 de 6 de dezembro, que regulamenta a aplicação do estado de emergência decretado pelo Presidente da República, no âmbito da pandemia COVID 19, e em articulação com o art.º 15 do Estatuto dos Eleitos Locais. Informou ainda que as senhas de presença deveriam ser assinadas e colocadas na urna que se encontra à saída. Em face do atual cenário, não sendo utilizado livro de ponto, procedeu à chamada dos Membros Municipais, a fim

de confirmar as presenças. -----

Ato contínuo, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento da correspondência recebida, nomeadamente: -----

A – Expediente, anúncios e informações prestadas pela mesa; -----

Da Unidade de Gestão Administrativa e de Atendimento – Envio das fotocópias das atas das reuniões da Câmara Municipal n.ºs 18 a 20/2020; -----

Da Divisão Financeira – Envio do Orçamento e Plano Plurianual e Orçamental, Grandes Opções do Plano e Mapa de Pessoal do Município de Albergaria-a-Velha. -----

B – Apresentação de votos de congratulação, saudação, protesto, pesar ou outros; -----

Presidente da Assembleia Municipal – Não havendo intervenções, passou de imediato para o ponto seguinte da Ordem de trabalhos. -----

C – 1.º Período de Intervenção aberto ao Público -----

Presidente da Assembleia Municipal – Não havendo público para intervir, passou de imediato para o ponto seguinte da Ordem de trabalhos. -----

D – Período Antes da Ordem do Dia -----

Presidente da Assembleia Municipal – Declarou aberto o Período Antes da Ordem do Dia, solicitando que fossem feitas as inscrições para intervenção neste período. -----

José Alho – PPD/PSD – Usou da palavra, referindo que há algum tempo que a Câmara Municipal decidiu, e muito bem, generalizar os testes serológicos junto dos assistentes operacionais que prestam serviço nos estabelecimentos de ensino pré-escolar e do 1.º ciclo. Questionou se não seria justificável estender essa medida a todos os profissionais da educação, nomeadamente aos que prestam serviço no ensino pré-escolar e no 1.º ciclo. Mais referiu que a pandemia veio impor a higienização de espaços e objetos, aspeto que veio consumir muito do tempo disponível, constatando-se, volvidos estes meses, que o quadro de pessoal da Câmara Municipal, no que respeita a assistentes operacionais em funções naqueles estabelecimentos de ensino, se mantém praticamente inalterado. Questionou se não seria justificado e merecido um investimento para reforçar, ainda que temporariamente, o quadro de assistentes operacionais afetos às escolas do 1.º ciclo e do pré-escolar. Referiu depois que os problemas de saúde no Concelho, apesar de tantos e repetidos alertas apresentados pelo PSD de Albergaria, mais do que não terem sido cabalmente resolvidos, conheceram sério agravamento. Mencionou que em numerosas sessões da Assembleia Municipal, o Sr. Presidente teria ensaiado várias escapatórias, recordando que recorreu inclusivamente à leitura de vários e-mails trocados com alguns dirigentes regionais, invocando a participação em várias reuniões, e todo o tipo de promessas que lhe terão sido transmitidas, mas mesmo após tanto esforço, o certo é que Albergaria-a-Velha foi notícia nos media nacionais pelos piores motivos, afirmando que os Albergarienses não são cidadãos de segunda, pagam impostos, têm direitos e merecem respeito, não merecendo a atual situação. Mais apontou que o Sr. Presidente da Câmara Municipal podia e deveria ter feito mais a favor dos munícipes, no que respeita a esta matéria, recordando a sessão de Assembleia Municipal, que teve lugar na Freguesia de Angeja, em setembro de 2019, na qual o Presidente da Câmara Municipal referiu que nada iria fazer na área da saúde pelo facto de não ser uma competência da Câmara Municipal. Começou por elencar um conjunto de factos que desmontam a questão de ser ou não competência da Câmara Municipal, referindo que o antecessor do Sr. Presidente da Câmara Municipal decidiu suportar

as despesas com as obras de ampliação do Centro de Saúde de Albergaria, embora fosse competência do Ministério da Saúde. Mais recordou que a partir do mandato 2002/2005 foram feitos avultados investimentos na Extensão de Saúde da Ribeira de Fráguas, Unidade de Saúde da Branca, entre outros equipamentos do mesmo setor. Indicou que o atual executivo decidiu, e muito bem, adquirir uma viatura para a GNR, ainda que essa fosse uma incumbência do Ministério da Administração Interna, tendo merecido o elogio do PPD/PSD em Assembleia Municipal. Mais indicou que se encontram a decorrer, ou decorreram já, duas intervenções em momentos distintos, na Escola Secundária de Albergaria-a-Velha que foram viabilizadas com verbas da autarquia, embora fosse competência do Ministério da Educação. Por fim, referiu que a prova de que o Sr. Presidente podia e deveria, em devido tempo, ter socorrido as populações, por ser da sua competência, foi a celebração do protocolo relativo à USF de Angeja, tendo o Município assumido responsabilidades partilhadas com a Administração Regional da Saúde. Em face do quadro descrito, propôs, em nome do PSD de Albergaria-a-Velha, como proposto anteriormente em sessões de Assembleia Municipal, que o Sr. Presidente avançasse em nome da Câmara Municipal com os investimentos que, em face de prévio diagnóstico, se afigurassem mais prementes, visando socorrer os Albergarienses e as populações neste tempo de pandemia, à semelhança de outros municípios, principalmente no distrito de Aveiro. -----

Luís Oliveira – PPD/PSD – Usou da palavra, aconselhando o Sr. Presidente a evitar que se repetisse a imagem de desnorte das obras municipais que foram apresentadas à Câmara Municipal em setembro, referindo-se ao auto de medição n.º 2, dos trabalhos de empreitada que estão a decorrer na Piscina Municipal de Albergaria-a-Velha, tendo sido apresentado em outubro, o auto de medição n.º 1, referindo que, primeiro teria que ter sido apresentado o auto n.º 1 e depois o auto n.º 2. Referiu que ao desnorte demonstrado, associa-se a reprogramação das obras com financiamento comunitário para os anos seguintes em valor bastante considerável, facto que não causa surpresa, uma vez que o Revisor Oficial de Contas tinha sinalizado que no 1.º semestre deste ano, comparativamente ao mesmo período do ano transato, o investimento reduziu drasticamente. Questionou se esta constatação terá ou não relação direta com as eleições que irão realizar-se em 2021, aumentando artificialmente o volume de obras em ano de eleições autárquicas. Referiu que o Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos o evidenciavam, verificando-se um elevado nível de investimentos em 2021, com queda abrupta nos anos seguintes, voltando a subir novamente no ano eleitoral de 2025. Solicitou, tal como já o tinha feito em setembro e dezembro de 2019, que na prestação de contas referente às empreitadas com financiamento comunitário, desde 2014, fosse mencionada a data e o valor, quer da adjudicação, quer da conta final, bem como da comparticipação comunitária executada e recebida. -----

Presidente da Assembleia Municipal – Não havendo mais inscrições, deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal. -----

Presidente da Câmara Municipal – Usou da palavra, referindo-se ao testes COVID e às mudanças que têm ocorrido no âmbito da Organização Mundial da Saúde, e mesmo da DGS. Referiu que a Câmara Municipal tem sido muito pró-ativa nas iniciativas, mesmo antes das indicações da DGS e OMS, dizendo que têm sido disponibilizados testes para os colaboradores da autarquia e para situações de emergência. Referiu que Albergaria-a-Velha foi dos primeiros municípios que, em março de 2020, disponibilizou e suportou, por deliberação aprovada por unanimidade em reunião do Órgão Executivo, apoio na realização dos testes. Referiu que, não podendo a autarquia substituir-se à DGS,

sempre que se verifique necessário e em colaboração com a Senhora Delegada de Saúde, serão tomadas as medidas consideradas adequadas. Referiu existir confiança plena nas entidades oficiais, com as quais se continuará a trabalhar em estreita colaboração, atuando a Câmara Municipal caso se verifique alguma falha, como já aconteceu, antecipando-se relativamente a um conjunto de entidades, para tentar mitigar e resolver eventuais problemas. Salientou que o executivo tem uma responsabilidade acrescida, devendo criar confiança na população, atuando sempre com segurança, ponderação, de forma sensata e com uma comunicação positiva. Informou ainda que não serão realizados testes em vão, lembrando que ainda há muito a aprender nesta matéria, dando o exemplo do que aconteceu recentemente em França, onde o Presidente esteve reunido com outros Presidentes e Ministros, concluindo que não havia ainda um conhecimento exato de como é que se deveria tratar esta pandemia. Referiu que houve necessidade de encerrar turmas e escolas, mas com o cuidado de não criar pânico na população, e, felizmente, as coisas correram bem. Informou ainda que a autarquia foi das primeiras a disponibilizar testes aos profissionais das IPSS's, num trabalho feito com credibilidade, seriedade e equilíbrio, pois a realização de testes previamente ao período de incubação do vírus faz com que as pessoas deixem de ter perceção real daquele período. Referiu que o Município de Albergaria-a-Velha está a antecipar-se na execução de medidas, em comparação, muitas das vezes, com o panorama nacional, dando o exemplo do apoio psicológico disponível e da criação de uma bolsa de voluntariado. Informou ainda ter havido um esforço com a criação de equipas de trabalho para assegurar a higienização dos espaços públicos, trabalho que contou com a colaboração de todas as Juntas de Freguesia, ainda que se tivesse concluído mais tarde que não seria por esta via que se resolveria o problema, lembrando que estamos perante um processo de aprendizagem contínua, recordando que, por exemplo, a OMS inicialmente dizia não ser necessária a utilização de máscaras, sendo atualmente este uso considerado prioritário. Concluiu a sua intervenção relativamente a esta matéria informando que o Município de Albergaria-a-Velha esteve sempre disponível para colaborar com as entidades oficiais, havendo ainda para todos um longo caminho a percorrer e muitas aprendizagens a fazer. Em relação à saúde, referiu que o executivo foi sempre claro e tinha uma estratégia, tendo decorrido várias reuniões, tanto com os Presidentes das Juntas de Freguesia, como com as entidades oficiais, ACES, ARS, Secretários de Estado, sendo que os assuntos foram sempre discutidos de uma forma ponderada e construtiva. Sublinhou que nunca foi escondida a atuação do município e que, contrariamente ao referido pelo Membro Municipal José Alho, o executivo, no primeiro mandato, fez investimentos nas Unidades de Saúde de Angeja, Alquerubim, São João de Loure, Albergaria-a-Velha e Valmaior, salientando que o executivo municipal não pode ser responsabilizado pelo encerramento de qualquer Unidade de Saúde e que, mesmo não sendo competência da Câmara Municipal, o executivo realizou as obras necessárias, antecipando-as. Mais informou que atualmente estão a decorrer obras, em Alquerubim, para reabrir aquele equipamento de saúde, sendo prova da colaboração do executivo, que tem investido, inclusivamente, em Albergaria-a-Velha. Continuou a sua intervenção informando que, conjuntamente com a Sr.^a Vereadora Catarina Mendes e também graças à colaboração ao atual Governo do Partido Socialista nesta matéria, conseguiu-se que contentores que se encontravam no Município de Ovar viessem para o Município de Albergaria-a-Velha, para ser colocados em Angeja, permitindo que o serviço de saúde não fosse encerrado, salientando que a maior preocupação do executivo foi não encerrar nenhuma Unidade ou Extensão de Saúde. Referiu que o

Município, de uma forma tranquila e séria, defende a sua população, e que, sem as medidas tomadas, existiriam condições bastante piores que as atualmente existentes. Referiu ainda que com a discussão do Orçamento para 2021 ir-se-á perceber que efetivamente existe um fio condutor e uma estratégia desenhada em prol da criação e garantia de melhor serviço de saúde no município, voltando a afirmar que a autarquia sempre procurou defender as populações e dar uma resposta de proximidade na área da saúde, não se desresponsabilizando por não ser uma competência municipal mas antes sendo pró-ativa na defesa das populações. Continuou, referindo que a gestão não é feita para a comunicação social, mas sim para a comunidade, procurando dar uma melhor resposta a um maior número de pessoas, mencionando não ter sido só o anterior executivo que defendeu e se preocupou com as populações, lutando o atual igualmente pelo interesse da população. Informou depois o Membro Municipal Luís Oliveira que ir-lhe-ia ser cedida a informação pretendida, na ótica de transparência e informação credível que caracteriza este executivo, confiando nos colaboradores da Câmara Municipal que também trabalharam com o Membro Municipal Luís Oliveira, referindo não ter havido qualquer tipo de instrução para que se mudassem os procedimentos no que respeita a esta matéria, pelo que estes se manterão inalterados. -----

José Alho – PPD/PSD – Usou da palavra, dizendo, relativamente à questão da pandemia, que quer na Vereação, quer na Assembleia Municipal, o PSD manifestou a sua inteira solidariedade para fazer parte da solução e ajudar naquilo que fosse entendido conveniente e útil pelo Presidente da Câmara Municipal, sublinhando que nunca ali estiveram para obter aproveitamentos políticos, não pretendendo fazê-lo agora, pois o assunto é demasiado sério. Aproveitou para apresentar um elogio público à prestação do pessoal auxiliar dos estabelecimentos de ensino e do pessoal docente, que tem sido absolutamente inexcelente, tentando contribuir para a normalidade possível ao bom funcionamento dos estabelecimentos de ensino e à comunidade educativa. Disse que, embora fosse professor e pudesse ser suspeito pela sua intervenção, o esforço tem sido quase sobre-humano, sendo uma forma de estar na linha da frente. Clarificou não ter sugerido realizar testes a toda a população, mas sim a um público-alvo, ou seja, repetir os testes e generalizá-los aos profissionais da educação, pois as escolas são fundamentais ao funcionamento da sociedade e da economia, sendo que as boas práticas têm resultado da máxima “testar, testar, testar”, entendendo que esta atuação não seria uma forma de alarmismo. Voltou a questionar se iria ou não haver reforço, ainda que temporário, das assistentes operacionais em exercício de funções nas escolas. Lamentou que a apreciação do Sr. Presidente da Câmara Municipal sobre a situação atual da saúde no município seja diferente da realidade, referindo que os munícipes não sentem que tenham melhores cuidados de saúde, não estando agradados com os cuidados que lhes são prestados. Mais referiu desejar que o Presidente da autarquia tivesse tido uma apreciação mais compatível e compaginável com a realidade concreta das pessoas, pois o setor da saúde, neste município, não assiste a melhorias, sendo do seu conhecimento que as pessoas não estão contentes e agradadas e não se sentindo seguras. Concluiu a sua intervenção referindo ser irónico por parte do Sr. Presidente da Câmara Municipal dizer que não faz uma gestão orientada para a comunicação social, pois bastaria fazer uma pesquisa ao arquivo e verificar-se-ia o contrário. -----

Rui Sousa – PPD/PSD – Usou da palavra, dizendo que de facto os munícipes não estavam satisfeitas com os serviços de saúde em Albergaria-a-Velha, nomeadamente na Unidade de Saúde Familiar, dizendo ser uma crítica que se ouve constantemente, e mais recentemente, devido à redução abrupta

de médicos, sendo preocupante que o maior e o principal Centro de Saúde no Município esteja a funcionar apenas com dois médicos, referindo não haver motivo para aquele facto. Afirmou que o serviço do Centro de Saúde há muito tempo que é deficitário, pelo que seria oportuno aproveitar-se a sessão para se apresentarem críticas e chamar a atenção, para exigir da parte da Câmara Municipal e do Sr. Presidente da Câmara uma pressão política para que as coisas possam ser melhoradas, pois não é só um problema de instalações, mas também de meios, e a verdade é que o tempo vai passando e continua a sentir-se que as coisas não estão melhores. Mais referiu ser sua preocupação o facto dos serviços de saúde ainda não estarem bem preparados para a nova fase que se avizinha, com a questão da vacinação, que é mais uma responsabilidade, desconhecendo-se se este processo vai ser acompanhado de outros meios, reforçando que o trabalho teria de ser feito antecipadamente, para que quando se aproximar o momento, tudo esteja a funcionar em pleno. Alertou que os albergarienses estão muito cansados de toda a situação, encarando com alguma preocupação os próximos tempos relacionados com a pandemia, e acima de tudo, será necessário que os serviços de saúde em Albergaria-a-Velha tenham melhor capacidade para ajudar e servir os albergarienses. -----

Paulo Silva – CDS-PP – Usou da palavra, dizendo que o Município de Albergaria-a-Velha demonstrou claramente a sua elevada capacidade de atuação, porque foi o primeiro município do país a contratualizar os testes, mostrando ser um executivo que está pronto para decisões de emergência, quando elas são necessárias, dizendo que, em modo de balanço ainda muito provisório, o Município tem demonstrado muita capacidade e prontidão de resposta, e com alguma serenidade, porque era isso que se exigia. Referiu que a Câmara Municipal tem conseguido juntar duas vertentes, a prontidão e a serenidade, não alarmando demasiado a população, mas dando sempre a informação diária, do número de casos existentes em Albergaria-a-Velha, seguindo aquilo que é o panorama nacional. Referiu ainda que, quando no país ainda ninguém sabia lidar com a pandemia, este município estava a lidar com um uma vaga muito complexa na Branca, havendo atualmente mais canais de intervenção protocolados e uma organização que não existia na altura. O Município de Albergaria-a-Velha percorreu caminhos nunca percorridos na área da saúde, havendo, atualmente, um caminho feito de experiência, pelo qual parabenizou o executivo municipal, esperando que no final seja feita história e justiça. Referiu que toda a atuação do Sr. Presidente da Câmara Municipal na área da saúde será sempre acima das suas competências municipais, pois são necessários meios, não bastando querer, e a verdade é que, se existem melhorias nas várias Extensões e Unidades de Saúde Familiar em Albergaria-a-Velha, foi graças à antecipação do Município, que nalgumas situações sem sequer ter competências para tal, atuou de forma contínua. Referiu que as reuniões que o Município tem realizado com a tutela, têm tido como princípio a procura de melhores soluções para Albergaria-a-Velha. Disse ainda que, no que diz respeito à logística, se o anterior executivo atuou, fê-lo bem, destacando, porém, que o atual executivo adotou a mesma postura, pese embora não seja ainda uma competência do Município, tratando-se de uma injustiça e uma inverdade muito grande afirmar-se que o atual executivo nada tem feito. Mencionou ainda que os Municípios da CIRA, e em particular o de Albergaria-a-Velha, não vão aceitar competências na área da saúde, porque, estas competências não vêm acompanhadas dos devidos meios financeiros. Referiu ainda que o Governo emitiu um comunicado, no qual anunciou que a transferência de competências na área da saúde para os Municípios iria ser adiada até 31.03.2022, permitindo a celebração de contratos interadministrativos que alarguem o âmbito das competências a

assumir pelas autarquias locais e a celebração de autos de transferência. As competências ainda estão do lado da tutela e não foram transferidas, questionando por que razão os Municípios deveriam aceitar as competências previstas, quando o próprio Governo assume não estar ainda preparado para proceder à sua transferência. No que respeita à área da saúde, informou o Membro Municipal José Alho que o Primeiro-Ministro e o Ministro da Saúde são os responsáveis por este assunto, e não o Sr. Presidente da Câmara Municipal, o qual não poderá fazer mais, pois não integra a tutela, no entanto, procura sempre as melhores soluções para os problemas nesta área. Relativamente à questão da insatisfação da população, disse ser conhecedor da realidade de outros municípios, sendo esta insatisfação generalizada, dando o exemplo de Gaia, Porto e São João da Madeira, pelo que o problema da área da saúde no Município de Albergaria-a-Velha é um problema que existe noutros sítios. Concluiu a sua intervenção referindo que se o Município tivesse a competência para contratar médicos, com certeza, já o tinha feito. -----

Jesus Vidinha – PS – Usou da palavra, indicando que deverá existir muito cuidado e moderação na abordagem relativamente à questão da saúde, em que os problemas assentam essencialmente em dois grandes pilares: recursos humanos e instalações físicas. Referiu que as instalações físicas do Centro de Saúde de Albergaria-a-Velha não têm as melhores condições, podendo a Câmara Municipal dar o seu contributo, mas o Partido Socialista não exigirá à Câmara Municipal que o faça, porque a responsabilidade recai sobre o Governo, sendo politicamente incompreensível haver uma certa exigência do Grupo Municipal do PSD nesta matéria, porque em reunião de Câmara Municipal votaram unanimemente contra a transferência destas competências. Referiu que a Câmara Municipal deverá usar a sua capacidade de intervenção e de proatividade, no sentido de sensibilizar e pressionar as entidades que têm a responsabilidade pela área em apreciação e que o Grupo do Partido Socialista se encontra disponível para colaborar neste processo. Continuou, referindo não se poder exigir muito além daquilo que são as competências da Câmara Municipal e, por isso, o que se esperaria era que o PSD acompanhasse o sentido de voto do Partido Socialista, votando contra a proposta da Câmara Municipal, que é a da não aceitação da transferência de competências, uma vez que, se aquelas competências fossem aceites, a autarquia teria maior capacidade de intervenção nas áreas da saúde e da educação. Manifestou, mais uma vez, a disponibilidade do Grupo do Partido Socialista para colaborar em todo o trabalho a realizar no âmbito da intervenção nas infraestruturas. No que respeita aos recursos humanos, referiu que Albergaria-a-Velha, no contexto do ACES Baixo-Vouga, não é dos piores municípios, nomeadamente no que respeita aos recursos médicos, informando que o Município de Estarreja estaria em situação muito pior. Realçou que o problema que existe é a falta de médicos de família e o Município de Albergaria-a-Velha deparou-se com uma geração de médicos de família que entraram em idade de reforma, levando a que, de um momento para o outro, o sistema de saúde ficasse sem esses técnicos, muitos deles residentes no município, o que representava também, uma grande vantagem. Atualmente a maioria dos médicos que laboram nas Unidades de Saúde Familiares não são residentes em Albergaria-a-Velha, podendo este facto vir a ser um problema a médio ou longo prazo, tal como acontece com os professores, com a tentativa de aproximação às suas áreas de residência, através da mobilidade entre serviços ou via procedimento concursal. Considerando que a saúde tem relação direta com o sentimento de segurança das pessoas, a mesma acaba por ser intocável, suscitando constantes preocupações na população, que ganham maior destaque em período

de pandemia. Referiu que, possivelmente, no início do ano, assistir-se-á a um reforço das equipas médicas, o que melhorará muito o cenário de cobertura de médicos de família do município. Saliu em destaque que as críticas e preocupações suscitadas pelos munícipes são compreensíveis, dado não terem acesso às consultas no devido tempo ou não terem o seu médico de família disponível, sendo necessária alguma empatia com essa realidade. Mais referiu que o modo como as pessoas são abordadas e recebidas no Centro de Saúde contribui para a forma como estas percecionam o Serviço de Saúde. Concluiu a sua intervenção dizendo esperar que os Membros Municipais do PPD/PSD, contrariamente aos seus Vereadores com intervenção na Câmara Municipal, votem a favor da proposta do PS, cujo sentido de voto é contra a não assunção das competências nas áreas da saúde e da educação, para serem coerentes com a intervenção aqui apresentada. -----

Paulo Silva – CDS/PP – Usou da palavra, reconhecendo o trabalho realizado pelo município no âmbito da pandemia causada pela doença COVID-19, o qual vem estreitando cada vez mais os seus contactos com a Proteção Civil, com reuniões semanais constantes, abrangendo também os Presidentes das Juntas de Freguesia. Considerou de grande importância a contratualização de testes e referiu-se ao financiamento extraordinário das IPSS's como sendo importante para ajudar estas instituições neste combate. Referiu-se ao apoio psicológico, clarificando que o CDS-PP reconhece o trabalho feito por outras entidades que estão na linha da frente e que são essenciais ao trabalho e ao desiderato da Câmara Municipal no apoio às comunidades. Parabenizou e reconheceu o trabalho realizado por todos os médicos, enfermeiros, Bombeiros, GNR, Proteção Civil, colaboradores da Câmara Municipal, voluntários, particulares e empresas, que têm prestado um apoio inestimável em Albergaria-a-Velha, colaborando com a autarquia, liderados pela política do Município. -----

José Alho – PPD/PSD – Usou da palavra, esclarecendo o Membro Municipal Paulo Silva que na sua anterior intervenção quis dizer que o Sr. Presidente da Câmara Municipal, mesmo que estimulado pelo PPD/PSD, no fim do processo saberia em consciência o que seria justo e acabaria por fazer aquilo que se impõe em favor das populações. -----

Paulo Silva – PPD/PSD – Afirmou que as palavras do Membro Municipal José Alho eram profundamente injustas e demagógicas ao afirmar que a política ora seguida não é para as pessoas, sendo apenas “fogo de vista”. Referiu que a política das pessoas não é apenas direcionada para a área da saúde, mas também para as áreas da inclusão social, desporto e digitalização. Nesta última área, o Município foi distinguido com um prémio, que também se relaciona com pessoas, pois tratou-se de um projeto através do qual, por via digital, o Município possibilitou que as pessoas mantivessem a atividade física nas suas vidas. Também no desporto, o município foi reconhecido como “Município Amigo do Desporto”, no âmbito de um programa com a mesma designação, centrando-se naquilo que é a presença digital dos municípios nesta área específica, permitindo a prática desportiva. Na inclusão social, houve apoios à maternidade e paternidade, serviços básicos de educação e de formação, cultura, desporto e lazer. Referiu não entender como é que se terminava uma intervenção como há pouco, afirmando-se que o Município não tinha uma política para as pessoas. Referiu que o Município, tanto a nível do desporto, inclusão social, como na fiscalidade, sempre esteve atento às pessoas, sendo profundamente injusto que o Membro Municipal José Alho tenha dito que o Sr. Presidente da Câmara Municipal não iria ficar de consciência tranquila. Concluiu, dizendo que o Membro Municipal José Alho não poderá ficar de consciência tranquila com a afirmação ora apresentada relativamente ao

executivo, nomeadamente quando refere que este não atua e que a sua política não é virada para as pessoas, porque não é verdade. -----

José Alho – PPD/PSD – Usou da palavra, dizendo que o Membro Municipal Paulo Silva tem vindo a adular muito do conteúdo das suas intervenções nesta sessão. Mais referiu que o referido Membro Municipal confirmou um aspeto que o próprio havia enunciado em intervenção anterior, tendo elencado um conjunto de notícias, saídas em catadupa, que não são compatíveis com a afirmação do Presidente da Câmara Municipal, de que não dá importância às redes sociais e comunicação social, o que contraria as suas palavras. Deu, no entanto, boa nota dessas notícias, porque reside, trabalha e vota em Albergaria-a-Velha. -----

Presidente da Câmara Municipal – Usou da palavra, dirigindo-se ao Membro Municipal José Alho, recordando que quando este executivo iniciou funções na Câmara Municipal, existiam 17 trabalhadores a operar na área da Educação, tendo havido um aumento significativo do pessoal nesta área, apenas no âmbito das competências indiretas, uma vez que a autarquia ainda não aceitou a transferência de competências, facto que poderá ser confirmado aquando da discussão do ponto relativo ao mapa de pessoal. Recordou que quando entraram na Câmara Municipal os auxiliares da área da educação passaram a exercer funções a tempo inteiro, pois anteriormente estavam contratados a meio tempo. Este executivo pretendeu melhorar o seu apoio na área educativa, tendo reforçado as equipas de trabalho e a autarquia tem estado sempre do lado dos auxiliares da área da educação e tem reforçado o seu mapa de pessoal nesta área. Referiu que o aumento do número de colaboradores na Câmara Municipal representa um investimento nas pessoas, criando melhores condições, estando ao lado de quem é mais frágil. Dirigindo-se ainda ao Membro Municipal José Alho, salientou que tudo começa nas pessoas, na educação e na ação social, e quando for debatido o Plano de Atividades e Orçamento, com base nos cinco eixos estratégicos, com as vinte ações, ir-se-á perceber que é pelas pessoas que se começa, quantificado, valorizado e sempre de uma forma construtiva. Referiu que o executivo nunca foi contra nenhum Governo, Partido, ou Membros da Assembleia Municipal, pois necessita da crítica, e é dessa crítica que também evolui e cria valor, indicando que a gestão contempla o contributo de todos, sendo assim que a sociedade cresce e evolui. Relativamente aos auxiliares da área educativa, informou que o executivo está sempre do lado da solução, não fazendo mais porque não é possível. No que respeita aos profissionais de saúde, referiu que os Membros Municipais Rui Sousa, Paulo Silva e Jesus Vidinha tinham razão, pois o problema da saúde não é apenas uma questão de recursos físicos, mas sim de recursos humanos e, nesse campo, a Câmara Municipal não pode intervir: Mesmo assim, a Câmara Municipal de Albergaria-a-Velha foi das poucas autarquias, a nível nacional, que procedeu à transferência de três colaboradores para colaborar na Unidade de Saúde, não havendo muitas Câmaras Municipais a proceder desta forma. Disse ainda ser evidente que todos pretendem uma melhor resposta e qualidade do serviço de saúde e que o Município de Albergaria-a-Velha foi dos municípios que mais evoluiu em termos de resultados, tendo, em relação ao último relatório do ACES, passado para 3º lugar, questionando de que forma é que em Albergaria-a-Velha estava colocada na segunda pior Unidade de Saúde e, de repente, passou para a 3.ª melhor posição. Entretanto, já saiu um médico, sendo evidente que iria diminuir novamente a qualidade do serviço. Referiu que quando há recursos humanos motivados, disponíveis e que colaboram, os resultados aparecem, sendo fundamental motivar os recursos humanos, que são o maior capital existente e só com profissionais

motivados é possível apresentar resultados. Informou ainda que se fosse possível aos Municípios e às Juntas de Freguesia, ambos contratavam médicos. No entanto, tal não é possível, por não ser uma competência das autarquias locais. Concluiu, dizendo que, quando a descentralização de competências for discutida, vai perceber-se que não existe capacidade e independência para contratualizar médicos, dando o exemplo, no âmbito da descentralização, da área médico-veterinária, na qual se passou um ano sem que houvesse evolução do processo. -----

José Alho – PPD/PSD – Usou da palavra, para uma vez mais reforçar a disponibilidade e a solidariedade do grupo do PSD Albergaria, quer na Assembleia Municipal, quer na Câmara Municipal, para apoiar e subscrever todas as decisões, opções e escolhas em favor das pessoas. Voltou a questionar o Sr. Presidente se estaria previsto, neste quadro de pandemia, um reforço, ainda que temporário, dos assistentes operacionais nas escolas do 1.º ciclo e do pré-escolar, pois não obteve uma resposta concreta. -----

Presidente da Câmara Municipal – Usou da palavra, dizendo que, por vezes, não é só uma questão de dinheiro, referindo que o Dr. Rui Marques, anterior Presidente da Câmara Municipal, construiu o Centro de Saúde de Albergaria-a-Velha, mas o último terreno foi pago, apenas ao fim de 20 anos, por outro executivo, explicando que por vezes as pessoas nem têm perceção destas questões. Referiu que uma das primeiras decisões que tiveram de tomar, enquanto executivo, foi pagar uma dívida de outro executivo, por sentença do Tribunal. Ou seja, o PPD/PSD com doze anos em funções, tinha recursos financeiros e não pagou a referida dívida, esclarecendo que se referiu a este assunto apenas para explicar que não se trata só uma questão de dinheiro, mas sim de gestão. -----

Presidente da Assembleia Municipal – Não havendo mais inscrições, deu início ao Período da Ordem do Dia. -----

E – Período da Ordem do Dia -----

Ponto 1 – a) Apreciação e votação da ata da Sessão Ordinária de setembro, realizada no dia 25.09.2020; b) Apreciação e votação da ata da Sessão Extraordinária, realizada no dia 13.10.2020; -----

Presidente da Assembleia Municipal – Usou da palavra, informando que as atas iriam ser votadas de acordo com a sua ordem cronológica, recordando que, de acordo com o preceituado no n.º 3 do art.º 34.º do Código do Procedimento Administrativo “não participam na aprovação da ata os membros que não tenham estado presentes na reunião a que ela respeita”. Solicitou inscrições relativamente ao ponto 1 da Ordem do Dia. Não havendo inscrições, colocou à votação a ata da Sessão Ordinária de setembro, realizada em 25.09.2020, e a ata da Sessão Extraordinária, realizada em 13.10.2020; -----

Votação: Colocada a votação a ata da reunião da Sessão Ordinária de setembro, realizada em 25 de setembro de 2020, foi aprovada por unanimidade dos/as Membros Municipais presentes e com direito de voto. Não participaram na votação da presente ata os/as Membros Municipais: Luís Baptista, Cristina Sequeira e Jorge Melo, do CDS-PP e Anabela Carvalinhos, do PPD/PSD, por não terem estado presentes na reunião a que ela respeita. -----

Votação: Colocada a votação a ata da reunião da Sessão Extraordinária, realizada no dia 13.10.2020, foi aprovada por unanimidade dos/as Membros Municipais presentes e com direito de voto. Não participaram na votação da presente ata os/as Membros Municipais Carla Castro, António Lemos e Jorge Melo, do CDS-PP, e Anabela Carvalinhos, do PPD/PSD, por não terem estado presentes na

reunião a que ela respeita. -----

Presidente da Assembleia Municipal – Ato contínuo, deu início à apreciação do ponto 2. -----

Ponto 2 - Apreciação da Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre a “Atividade Municipal” e “Situação Financeira do Município” -----

Presidente da Assembleia Municipal – Deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para os esclarecimentos que entendesse pertinentes. -----

Presidente da Câmara Municipal – Usou da palavra, indicando estar disponível para os esclarecimentos necessários. -----

Presidente da Assembleia Municipal – Solicitou que fossem feitas as inscrições para intervenção no ponto 2. -----

Jesus Vidinha – PS – Usou da palavra, parabenizando a Câmara Municipal pelo facto de ter colocado contentores de lixo junto da eco-pista Angeja-Frossos. Referiu notar uma maior preocupação relativamente à área do ambiente, apesar de existirem ainda algumas fragilidades, num município que poderia ser uma referência nesta área. Desta forma, alertou para o facto de não ter sido efetuada uma revisão da localização de alguns ecopontos que se encontram próximos de linhas de água, dois deles junto à Ribeira do Fontão, em frente à creche e próximo da Rua da Várzea, onde se verifica não existir espaço para uma boa disposição dos três ecopontos ali colocados. Referiu ser necessário intervir não só na melhor localização como também na disposição dos ecopontos, para que o seu acesso se torne mais fácil e apelativo para a população efetuar a correta separação dos resíduos. Enumerou outras fragilidades, como a existência de resíduos sólidos ao longo da estrada na EN-16, na ligação entre Sobreiro e Angeja, que revela a falta de civismo, entendendo que será da competência da Câmara Municipal, nomeadamente aos trabalhadores afetos à área do Ambiente, resolver este problema, bem como efetuar um trabalho de sensibilização junto das populações, para que sejam mais proativas na reciclagem dos resíduos. Expôs alguns dados recolhidos através de aplicação desenvolvida pela Universidade de Coimbra, Verdes PT, de acesso livre, informando que no Município de Albergaria-a-Velha são produzidos 445,7 toneladas de resíduos/ano, mas destes somente 60% são reciclados. Mais referiu que anualmente são produzidas 1159,1 toneladas/ano correspondentes ao ecoponto amarelo, mas destas só são recicladas 42%. Relativamente ao papel e cartão, ecoponto azul, são produzidas 2050,8 toneladas/ano no Município de Albergaria-a-Velha, sendo apenas recicladas 74%. Disse haver ainda muito trabalho a realizar para atingir 100% de reciclagem, reconhecendo ser um horizonte inatingível, mas que deverá ser sempre um objetivo, sendo incompreensível que no Município de Albergaria-a-Velha apenas 42% das embalagens sejam recicladas, considerando ser necessário também neste âmbito efetuar um trabalho de sensibilização que passe pela informação e qualidade dos ecopontos, para que as pessoas se sintam motivadas para efetuar a separação de resíduos. Referiu ainda existirem poucos oleões e pilhões nas freguesias. Mais informou ter já verificado a colocação de pilhas no lixo comum, o que contamina águas e solos. Existindo uma Diretiva Comunitária que prevê metas de reciclagem quanto à recolha de pilhas e baterias, verifica-se também aqui a necessidade de percorrer um longo caminho na área do ambiente e que importa consolidar. Continuando, felicitou a Câmara Municipal pela iniciativa de efetuar o transporte interfreguesias, esperando que se consolide e que venha a ser uma realidade mais sustentável no município. Mencionou que, apesar da participação do município na Semana Europeia da Mobilidade, existem na cidade de Albergaria-a-velha muitas ruas

sem passeios ou com passeios em mau estado, entendendo não ser coerente participar nestes eventos sem ter as condições necessárias para que as pessoas se desloquem a pé ou de bicicleta e se sintam confortáveis e seguras. -----

Presidente da Câmara Municipal – Usou da palavra, informando que o município aumentou um conjunto de respostas, nomeadamente o serviço “porta a porta”, que por vezes não é valorizado. Informou ainda que, no mês de outubro, foram recolhidas 6 toneladas de vidro e 8 toneladas de embalagens. Relativamente ao papel e cartão, disse tratar-se de um problema que existe a nível mundial, não sendo possível reciclar todo o papel que é separado, carecendo a sua resolução da criação de mecanismos e outras formas de utilização desta matéria-prima. Referiu-se ainda à recolha de resíduos verdes, que atingiu as 87 toneladas, considerando ter-se verificado uma evolução muito positiva no espaço de dois meses, devido à intervenção do município, que deu início ao tratamento de grandes quantidades de resíduos, que anteriormente não era efetuado. -----

Presidente da Assembleia Municipal – Não havendo mais inscrições, deu início à apreciação do ponto 3. -**Ponto 3 – Apreciação e votação da proposta de Descentralização Administrativa – Transferência de Competências para as Autarquias Locais e para as Entidades Intermunicipais – Domínios: Saúde e Educação** -----

Presidente da Assembleia Municipal – Deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para os esclarecimentos que entendesse pertinentes. -----

Presidente da Câmara Municipal – Usou da palavra, dizendo que a Senhora Secretária de Estado da Educação se encontra empenhada em colaborar no processo da 1ª fase de requalificação da Escola Secundária de Albergaria-a-Velha, esclarecendo que o que tinha sido assumido no âmbito da transferência de competências era o domínio patrimonial. Neste campo, informou que têm surgido obstáculos, especialmente no ano em curso, uma vez que as entidades não conseguem dar resposta, não existindo condições para dar seguimento ao processo de transferência de competências nesta área em particular. O mesmo se verifica no que respeita à área da saúde, inclusivamente no âmbito da CIRA. Disse ainda que 2020 será um ano que a história irá julgar, e por muito boa vontade que exista, e boas intenções que o Governo tenha, ao nível dos recursos humanos não há capacidade para assumir essas competências, tanto do lado do Governo, dos quadros intermédios, como das Autarquias Locais. Deu o exemplo da área da ação social, cujo processo de transferência foi adiado pelo Governo, porque não há tempo suficiente para o efeito, dado que outros assuntos assumiram prioridade. Relativamente à educação e à saúde, o Município de Albergaria-a-Velha sempre esteve numa perspetiva construtiva, entendendo ser benéfico assumir essas responsabilidades, mas não existe resposta em termos patrimoniais. Clarificou que, no âmbito da Saúde, se a autarquia tivesse conhecimento da existência de soluções por parte da tutela, correria o risco de aceitar a transferência de competências e dividiria essa responsabilidade. Relativamente à educação, informou ter existido uma evolução significativa, e face à reprogramação do quadro da CIRA, pela boa execução obtida, foi possível executar a segunda fase de obras na Escola Secundária de Albergaria-a-Velha. No âmbito da saúde, não foi possível realizar obras, em face da falta de participação financeira, ao nível do edificado, não havendo capacidade para assumir as transferências. Saliu que no quadro pandémico que se atravessa, o Poder Central não tem condições para discutir contratos interadministrativos com os municípios, daí o Governo ter adiado, de uma forma sensata, essa transferência de competências. Referiu ainda que, se houvesse tempo, o

Município de Albergaria-a-Velha seria um município responsável e discutiria, defenderia e implementaria mudanças que são estratégicas, com as quais o executivo concorda, ao nível de descentralização de competências. Informou que a proposta apresentada à Assembleia Municipal, em matéria de saúde, é consensual entre todos os Municípios da CIRA, tendo sido aceite, por unanimidade, uma vez que existe uma prioridade, nomeadamente o Hospital Central de Aveiro, o qual terá de representar uma resposta de âmbito regional, no âmbito da Comunidade Intermunicipal. Referiu que, quando houver garantia da existência de recursos humanos para construir o novo hospital, em Aveiro, e com as duas retaguardas, que são os hospitais de Águeda e de Estarreja, os municípios aceitarão a transferência de competências. Concluiu a sua intervenção esclarecendo que em termos de priorização dos fundos comunitários, a CIRA entende que existe uma janela aberta para que se priorize a saúde, julgando que a pandemia contribuirá para colocar esta área como um dos eixos estratégicos no âmbito destes fundos. -----

Presidente da Assembleia Municipal – Solicitou que fossem feitas as inscrições para intervenção no ponto 3. -----

Luís Oliveira – PPD/PSD – Usou da palavra, questionando o Sr. Presidente da Câmara Municipal se dos onze Municípios da CIRA existiria algum da área socialista, pois após a intervenção do Membro Municipal Jesus Vidinha ficou com dúvidas. -----

Presidente da Câmara Municipal – Usou da palavra respondendo ao Membro Municipal Luís Oliveira que ele próprio era um dos maiores socialistas, daí estar à vontade. -----

Jesus Vidinha – PS – Usou da palavra informando que a posição do Partido Socialista sobre este assunto decorria da primeira posição assumida, quando existiam todas as condições para a transferência das competências. O referido adiamento decorre do facto de se estar a viver um período de pandemia, tendo todo aquele processo sido adiado para 2022. Em coerência com a posição assumida na altura, e porque os pressupostos se mantêm, os membros do Grupo Municipal do PS, apesar de perceberem que o contexto não é o mais favorável, manifestaram a sua vontade política em votar contra a não assunção das competências na área da saúde. -----

Rui Sousa – PPD/PSD – Usou da palavra, para expressar a posição do Grupo Municipal do PSD relativamente àquele ponto, informando que, em coerência com todo o debate que tem havido sobre a questão da descentralização, irão votar a favor da proposta da não assunção das competências, assumindo a mesma posição que foi assumida pelos seus vereadores na Câmara Municipal. Leu em seguida uma pequena parte das declarações que foram prestadas em reunião de Câmara Municipal: “o Sr. Vereador Dr. Licínio Pimenta, referiu ser solidário com uma estratégia que não condicione a gestão futura da autarquia em áreas tão sensíveis como as que estão em apreciação, uma vez que se pretende que a descentralização das competências se traduza numa melhoria da qualidade do serviço. Mais disse que uma estratégia concertada ao nível da Comunidade Intermunicipal, dará mais estrutura e força à posição a tomar a nível municipal. No entanto, referiu considerar que esta apreciação não invalida que o município atue dentro do seu campo de ação ao nível da saúde. Referiu considerar pertinente e oportuna uma análise da estratégia municipal para aquela atuação, apoiando futuras negociações com o poder central e contribuindo para uma postura de liderança face ao privilégio que o conhecimento do território acresce ao processo.” -----

Paulo Silva – CDS-PP – Usou da palavra, para justificar o voto da bancada do CDS-PP em não

aceitar, nesta fase, a transferência de competências. Referiu que a posição desta bancada faz sentido, pois o próprio Governo estendeu o prazo da transferência de competências para 31.03.2022. Referiu perceber o facto do Membro Municipal Jesus Vidinha estar a favor da transferência de competências por considerar que está bem desenhada e que os Municípios estão preparados para as receber. No entanto, a verdade é que foi o próprio Governo que desencadeou todo aquele processo de descentralização, assumindo que não seria o momento ideal para o efeito. Referiu que a COVID-19 também veio trazer problemas enormes à educação, prejudicando claramente os alunos na sua formação educativa. Manifestou a sua concordância com a posição assumida pelo Sr. Vereador Licínio Pimenta, lida pelo Membro Municipal Rui Sousa. Afirmou que as competências deverão ser aceites apenas quando tudo estiver pronto, sendo uma questão de organização e de articulação, para uma área tão essencial como a saúde, numa altura tão complicada, para que não surjam mais problemas em face dos existentes, mesmo noutras áreas, dando o exemplo da área veterinária, na qual foi dado um passo atrás. Concluiu a sua intervenção referindo tratar-se de um caminho a percorrer a passos mais lentos e mais seguros. -----

Jesus Vidinha – PS – Usou da palavra, informando que o financiamento já está previsto, existindo uma verba de 350.000.000,00€ destinada aos Hospitais Centrais do Alentejo, Guarda e Hospital Infante Dom Pedro, em Aveiro. Apesar de não haver ainda um projeto, está a trabalhar-se na concretização do mesmo, respondendo à necessidade existente na região da CIRA. A mesma questão se coloca relativamente ao Centro de Saúde de Albergaria-a-Velha, pois neste caso não se trata de falta de financiamento, mas sim de projeto e, neste campo, a Câmara Municipal terá uma palavra muito séria a dizer, contando que a Câmara Municipal e o seu Presidente, em particular, sejam proativos nessa necessidade para o Município de Albergaria-a-Velha. -----

Presidente da Câmara Municipal – Usou da palavra, dando o exemplo do Hospital Pediátrico de São João no Porto, para o qual existe um projeto, há doze anos, não tendo ainda sido realizadas, até à data, quaisquer obras. Mais referiu concordar com o Membro Municipal Jesus Vidinha, o qual é conhecedor da intenção do executivo, da estratégia em relação à saúde para este município, sendo que o executivo não irá fugir à sua responsabilidade. Referiu ainda que a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal estariam disponíveis para encontrar uma solução na área da saúde, estando todos os partidos solidários e disponíveis para colaborar neste processo, na procura de uma solução partilhada, para tentar resolver o problema. Mais clarificou que, tanto o atual Governo Socialista como o próximo Governo, tal como quem vier a tomar lugar na Câmara Municipal, ou na Assembleia Municipal, decerto estarão disponíveis para colaborar nesta matéria. Terminou a sua intervenção, desejando que nesta área se verifique a disponibilidade e vontade de colaborar que se verificou na área da educação, para que se pudesse avançar com os projetos, esclarecendo que esta é uma questão de prioridades por parte do Governo. -----

Jesus Vidinha – PS – Usou da palavra, referindo que, na eventualidade dos projetos não estarem prontos no devido tempo, os financiamentos previstos poderão não se concretizar, apelando, assim, ao sentido de oportunidade, rapidez e proatividade por parte da Câmara Municipal. Manifestou a disponibilidade do Partido Socialista para colaborar em todo o trabalho que se afigurar necessário, em prol da saúde no Município de Albergaria-a-Velha. -----

Presidente da Câmara Municipal – Usou da palavra, referindo que por vezes o Governo adia os

prazos de candidatura no momento em que o Município já tem o seu projeto concluído, dentro dos prazos inicialmente estabelecidos, abrindo os concursos mais tarde, nomeadamente quando se candidatam algumas Câmaras Municipais. Informou que um dos projetos previstos no Orçamento para o ano de 2021 poderá ser prejudicado por este facto, referindo ser muito ingrato, para muitos colaboradores da Câmara Municipal, que trabalham em prol do cumprimento dos prazos, muitas vezes ao fim de semana, verem alteradas as regras a meio do jogo, vendo adiadas as candidaturas por parte do Governo, dado haver outras Câmaras Municipais que durante 4 meses não fizeram o seu trabalho. Referiu não ser o Governo, mas sim as entidades que tutelam os quadros comunitários e as candidaturas, quem deveriam cumprir com os prazos, porque se tal se verificasse, o Município de Albergaria-a-Velha seria beneficiado, considerando que apresenta candidaturas e projetos bem elaborados atempadamente. -----

Presidente da Assembleia Municipal – Não havendo mais inscrições, colocou a votação do Ponto 3. -

Votação: Colocado o assunto a votação, estando presentes vinte e cinco Membros Municipais, a Assembleia Municipal de Albergaria-a-Velha deliberou, por maioria, com vinte e três votos a favor, dos onze Membros Municipais do CDS-PP, dos seis Membros Municipais do PPD/PSD e dos Presidentes das Juntas de Freguesia, de Albergaria-a-Velha e Valmaior, Alquerubim, Angeja, Branca, Ribeira de Fráguas e São João de Loure e Frossos, e dois votos contra, dos dois Membros Municipais do PS, aprovar, nos termos da alínea k), do n.º 1, do artigo 25º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, a proposta de Descentralização Administrativa – Transferência de Competências para as Autarquias Locais e para as Entidades Intermunicipais – Domínios: Saúde e Educação apresentada, que será da não assunção das competências, a qual se dá aqui como inteiramente reproduzida para todos os efeitos legais, incluídos os anexos, e fica anexa à presente ata, fazendo parte integrante desta deliberação (Doc. 1 – fls 8). -----

Jesus Vidinha - Apresentou uma declaração de voto, do Grupo Municipal do PS, a qual se dá aqui como inteiramente reproduzida para todos os efeitos legais e fica anexa à presente ata, passando a fazer parte integrante da mesma (Doc. 2 – fls 1). -----

Presidente da Assembleia Municipal – Ato contínuo, deu início à apreciação do ponto 4. -----

Ponto 4 – Apreciação e votação da Organização dos Serviços Municipais – Modelo de Estrutura Orgânica Nuclear -----

Presidente da Assembleia Municipal – Deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal para os esclarecimentos necessários. -----

Presidente da Câmara Municipal – Usou da palavra, informando que a apreciação que coloca no que respeita à Estrutura Orgânica Nuclear tem como fundamentos a operacionalização da transferência de competências no âmbito da descentralização, Lei n.º 50/2018, de 16 de Agosto, nos domínios da educação, ação social e saúde, cuja concretização se prevê até ao ano de 2022; a necessidade de resposta rápida no contexto de crise de saúde pública provocada pela propagação da doença COVID 19; a adequação dos serviços com a melhoria da qualidade dos mesmos; a modernização administrativa, com a transversalidade a todos os serviços na Câmara Municipal e a garantia da qualidade técnica na programação cultural e gestão de equipamentos municipais. Reconheceu que qualquer colaborador que desempenhe aquela atividade no setor privado teria melhores remunerações comparativamente ao setor público, pelo que estão previstas duas novas secções na área da Educação

e Ação Social: Na Educação, propõe-se a criação da Secção de Coordenação de Recursos nos Estabelecimentos de Ensino, a pensar na descentralização de competências e no reforço das equipas, pois será uma das áreas mais exigentes, tendo por base que os auxiliares de ação educativa serão da competência da Câmara Municipal. É igualmente proposta a criação de uma Secção Administrativa na área da ação social, pois as Câmaras Municipais vão ter um papel preponderante nesta matéria, que será extremamente exigente para o Município. Referiu estar a iniciar-se o trabalho de reestruturação efetiva ao nível dos recursos humanos para responder ao processo de descentralização. É também proposta a criação de duas novas Unidades de 4.º grau, designadamente a Unidade de Reorganização Administrativa de Procedimentos e a Unidade de Planeamento e Gestão de Equipamentos e Atividades Culturais. A primeira Unidade é das mais importantes, pois haverá uma uniformização de procedimentos nos onze Municípios da Comunidade Intermunicipal, cujo foco recai para a desmaterialização dos procedimentos, o que justifica a criação desta Unidade. Com a Unidade de Planeamento e Gestão de Equipamentos e Atividades Culturais, prevê-se a criação de um quadro capaz de disponibilizar uma programação de alto nível, no âmbito da região e no país, criando condições para dispor de recursos humanos com qualidade para desenvolver atividades condignas, que permitam competir com toda a região centro, não só ao nível da CIRA, não entregando esta função ao setor privado, tal como outras Câmaras o fizeram, com custos muitos superiores. -----

Rui Sousa – PPD/PSD – Usou da palavra, dizendo que o PSD votará contra a proposta apresentada, uma vez que, em coerência com a posição também já assumida na Câmara Municipal e que foi expressa pelo Sr. Vereador Nuno Silva, se está perante uma alteração expressiva da Estrutura Orgânica do Município, que ocorre a menos de um ano do termo do atual mandato, entendendo ser uma alteração da inteira responsabilidade do CDS-PP, a quem cabe governar o Município. -----

Jesus Vidinha – PS – Usou da palavra, dizendo acompanhar a vontade da Câmara Municipal neste ponto, o qual está intimamente ligado com o próximo ponto da ordem de trabalhos, pois a Câmara Municipal estará a reestruturar a sua organização para assumir as novas competências, assumindo alguns custos neste processo, fazendo jus das informações e dos esclarecimentos que o Sr. Presidente da Câmara Municipal prestou. Referiu, no entanto, a necessidade de haver estabilidade na estrutura organizativa de uma instituição, no intuito de a consolidar, para que não seja necessário todos os anos propor um novo modelo organizacional, recordando que no presente mandato já tinham sido feitas duas alterações, ou propostas de alteração, na Organização dos Serviços Municipais, nomeadamente em 18/12/2017 e em 29/11/2019. -----

Paulo Silva – CDS-PP – Usou da palavra dizendo que, tal como o Membro Municipal Jesus Vidinha enunciou, esta proposta é claramente uma antecipação à transferência de competências, tendo o Município que estruturar todo o seu organograma para acomodar as competências que estão a ser assumidas e as que o hão-de ser, de modo a dar resposta no futuro. Referiu não entender a posição do PPD/PSD, que vota contra porque se está a um ano das eleições, referindo que o *timing* se encontra ligado à questão das reformas. Quanto às estruturas organizativas, referiu que o organograma não apresenta alterações significativas, tendo especificações legislativas muito claras que balizam as alterações propostas, que se encontram dentro de um quadro legislativo específico em que as mesmas são possíveis e aconselháveis, considerando normal que se vá mudando a estrutura, porque a realidade tem vindo sofrer fortes alterações. Deu o exemplo de uma entrevista realizada a um grande

empresário da área do turismo, com cerca de 87 anos de idade, o qual referiu que, desde que se deixaram de usar as máquinas de escrever, as alterações acontecem bienal ou trienalmente, quando antigamente ocorriam de década em década, sendo normal que o próprio Governo e as Comunidades Intermunicipais tenham que estar constantemente a agilizar a sua estrutura, porque as alterações ocorrem atualmente a um ritmo extremamente elevado, e mau seria se o Município não acompanhasse as mudanças que ocorrem. -----

Presidente da Assembleia Municipal – Não havendo mais inscrições, passou à votação do Ponto 4. --

Votação: Colocado a votação, estando presentes vinte e cinco Membros Municipais, a Assembleia Municipal de Albergaria-a-Velha deliberou, por maioria, com dezassete votos a favor, dos/as onze Membros Municipais do CDS-PP, dos dois Membros Municipais do PS, e dos Presidentes das Juntas de Freguesia de Albergaria-a-Velha e Valmaior, Alquerubim, Branca e Ribeira de Fráguas; duas abstenções, dos Presidentes das Juntas de Freguesia de São João de Loure e Frossos e de Angeja, e seis votos contra, dos/as Membros Municipais do PPD/PSD, aprovar, nos termos do disposto no artigo 6.º, do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, o Modelo de Estrutura Orgânica e Estrutura Nuclear dos Serviços Municipais do Município de Albergaria-a-Velha, nos seguintes termos: O modelo de estrutura é o da Estrutura Orgânica Hierarquizada; A Estrutura Nuclear contempla um Departamento, chefiado por um Diretor de Departamento (Dirigente Intermédio de 1.º grau); A Estrutura Flexível contempla oito Divisões, chefiadas por Dirigentes Intermédios de 2.º grau (Chefes de Divisão), uma Unidade Orgânica chefiada por um Dirigente Intermédio de nível 3 (Chefe de Unidade) e duas Unidades Orgânicas chefiadas por dirigentes intermédios de 4.º grau (Coordenadores de Unidade); O número máximo de Subunidades Orgânicas (Secções) é de 6; O número de Gabinetes é de 4; Mantêm-se a previsão da criação de 2 Equipas de Projeto. Anexa-se cópia do Modelo de Estrutura Orgânica Nuclear à presente deliberação, dela fazendo parte integrante. (Doc. 3 - Fls 6). -----

Presidente da Assembleia Municipal – Ato contínuo, deu início à apreciação do ponto 5. -----

Ponto 5 – Apreciação e votação da Organização dos Serviços Municipais – Regulamento da Estrutura e Organização dos Serviços Municipais -----

Presidente da Assembleia Municipal – Deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal. -----

Presidente da Câmara Municipal – Usou da palavra, informando que o presente ponto versa sobre a aprovação do Regulamento em função das alterações da estrutura apresentadas no ponto anterior, com a descrição das competências das várias Unidades Orgânicas e Serviços. -----

Presidente da Assembleia Municipal – Não havendo inscrições passou à votação do Ponto 5. -----

Votação: Colocado a votação, estando presentes vinte e cinco Membros Municipais, a Assembleia Municipal de Albergaria-a-Velha deliberou, por maioria, com dezassete votos a favor, dos/as onze Membros Municipais do CDS-PP, dos dois Membros Municipais do PS, e dos Presidentes das Juntas de Freguesia de Albergaria-a-Velha e Valmaior, Alquerubim, Branca e Ribeira de Fráguas; duas abstenções, dos Presidentes das Juntas de Freguesia de São João de Loure e Frossos e de Angeja, e seis votos contra, dos/as Membros Municipais do PPD/PSD, aprovar nos termos do disposto da alínea m), do n.º 1, do art.º 25 do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o Regulamento da Estrutura e Organização dos Serviços Municipais do Município de Albergaria-a-Velha, cuja cópia fica anexa à presente deliberação, dela fazendo parte integrante (Doc.4 - Fls 33). -----

Ponto 6 – Apreciação e votação do Orçamento Municipal [a] Orçamento, Plano Plurianual

Orçamental e Grandes Opções do Plano; b) Mapa de Pessoal] do Município de Albergaria-a-Velha para 2021 -----

Presidente da Assembleia Municipal – Usou da palavra, esclarecendo que a apreciação do assunto das duas alíneas do ponto em análise seria feita em conjunto, mas a sua votação seria efetuada separadamente. Deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal para os esclarecimentos necessários. -----

Presidente da Câmara Municipal – Usou da palavra, referindo-se ao Orçamento para 2021, o qual reflete a prioridade do Município no apoio aos que mais precisam, num momento marcado por um quadro de incerteza devido aos desafios resultantes do impacto da pandemia por COVID-19, apresentando, como linhas estratégicas, a resposta à emergência. O foco no investimento e a continuidade do trabalho já em curso, é uma característica distintiva deste executivo, que estabeleceu pontes e trabalhou sempre em rede com todos os intervenientes, mencionado o investimento e promoção da Zona Industrial, grande aposta ao final de vinte anos. Relativamente ao apoio na educação, ação social e desporto, referiu-se ao desporto adaptado, que representa uma bandeira do Município. A cultura, mobilidade, a garantia dos serviços públicos, potenciando o emprego e, sem esquecer o futuro, o ambiente, a sustentabilidade, o turismo e os recursos naturais são áreas que o município continua a promover. Referiu-se ao relatório apresentado como sendo inovador, projetando o município para os próximos cinco anos, com as alterações das normas contabilísticas. Fez também referência às obras do Baixo Vouga Lagunar e a todos os projetos que irão ser desenvolvidos em parceria com os restantes Municípios da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro, em diferentes áreas, que vão desde os transportes coletivos, à mobilidade, ao turismo, à modernização administrativa, passando pela educação, bem-estar animal e proteção civil. Referiu que estas iniciativas irão marcar o próximo ano, seja por entrarem numa fase de execução mais visível, seja pelo impacto financeiro para o qual o Município terá uma atenção especial. Informou que a gestão municipal se pautou por uma estratégia assente em cinco Eixos Estratégicos: o primeiro eixo, pensado nas pessoas, contribui para a melhoria da qualidade de vida das populações, reforçando a coesão social e institucional, elevando os níveis da educação, aumentando a participação dos jovens e promovendo o envelhecimento ativo. O segundo eixo versa sobre a atração de mais investimento, incrementando a capacidade competitiva do Município, das suas empresas, aumentando a atratividade do concelho e promovendo o emprego, sendo que esta priorização se observa no trabalho já mencionado na Zona Industrial. O terceiro eixo incide na dinamização e na regeneração e reabilitação urbana, promovendo o acesso à habitação do concelho, estratégia que se encontra desenhada e será apresentada no início do ano. O quarto eixo aposta na promoção da mobilidade e da qualidade ambiental do Município, bem como na maior eficiência no uso dos recursos. O quinto eixo incide sobre a progressão constante da qualificação e melhoria dos serviços prestados, garantindo uma gestão financeira transparente e sustentada. Dentro destes cinco eixos existem vinte e quatro linhas de ação. No primeiro eixo, como primeiro ponto encontra-se a ação social. O Município de Albergaria-a-Velha assume uma visão global do seu território ao nível da escolha, da implementação, da consolidação das políticas sociais, sempre potenciando um trabalho em rede social. Atualmente, todos os parceiros são ouvidos e envolvidos na definição da estratégia de resposta a todas as valências sociais que existem no Município. Neste âmbito, referiu a alteração ao Regulamento de Apoio às IPSS's, reforçando substancialmente o apoio

atribuído. Informou ainda que os apoios são atribuídos em tempo devido, tanto durante o presente período de pandemia como no período anterior. Existe ainda um apoio às famílias, em conformidade com os regulamentos existentes, destacando o regulamento que foi criado para o apoio ao arrendamento. Existe outra linha de atuação em franco desenvolvimento, apostando-se na educação desde as suas bases, investindo na qualidade da ação educativa e na qualidade das suas infraestruturas. Referiu haver uma verdadeira agenda municipal de educação, que congrega um conjunto de atividades, trabalhando em rede, desenhada por todos os parceiros, desde os Agrupamentos e Associações de Pais, entre outros agentes. Disse ainda existir um documento que está pensado, estruturado e desenvolvido para dar resposta a toda a comunidade. O programa de desenvolvimento tecnológico de educação, visível desde 2019, consolida um conjunto de iniciativas municipais que diferencia o Município de Albergaria-a-Velha de muitos outros, abrangendo áreas como a robótica, as novas tecnologias digitais, a entrega de equipamentos, computadores, tablets, com o objetivo de criar uma sociedade que se adapte às novas tecnologias e, cada vez mais no futuro, criando a todos os alunos as condições para esta adaptação. Destacou, para o ano de 2021, a requalificação da Escola Secundária de Albergaria-a-Velha, obra que teve o seu início em 2020, apesar de não ser uma competência da Câmara Municipal, representando um investimento superior a 720.000,00€, com recurso a financiamento, sendo um projeto diferenciador, reconhecido pela Diretora Regional de Educação e uma referência de âmbito regional, pela resposta que vai dar e pela forma como vai ao encontro da empregabilidade da Zona Industrial. Referiu existir outro projeto, defendido por todos, há anos, desde a Diretora do Agrupamento, como a Associação de Pais, o qual terá início em 2021, que é a requalificação da EB 2/3 da Branca, num investimento superior a 390.000,00€. O ponto três respeita à Infância e Juventude, tendo sido constituído, neste âmbito, um Conselho da Juventude Municipal, o qual nunca tinha funcionado. Atualmente este Conselho funciona, remetendo as suas propostas, participando no Plano Municipal e, acima de tudo, disponibilizando-se para participar cada vez mais na sociedade. O ponto quatro, respeitante à saúde, área na qual a autarquia tem tido a colaboração de muitas entidades, agradecendo a todos os Presidentes de Junta de Freguesia, que estão na linha da frente e são os que mais sofrem. Referiu existir uma ideia do modelo de funcionamento da saúde, que foi discutida e continuará a ser discutida com as várias entidades, como os Presidente de Junta, médicos, entidades oficiais, ACES, ARS e Governo. Referiu ter-se iniciado a requalificação da Extensão de Saúde de Alquerubim, tendo em vista a sua reabertura. No Baixo Vouga, serão melhoradas as condições da Unidade de Saúde em Angeja, bem como desenhado um modelo com o Governo em relação à Unidade de Saúde de Albergaria-a-Velha. Sublinhou que este assunto é algo que o executivo pretende discutir com o Governo, de uma forma séria, franca e com o compromisso por parte do Município, sendo o objetivo a construção de uma nova Unidade de Saúde em Albergaria-a-Velha nos próximos cinco anos, com início nos próximos dois anos. Referiu que se trata de um grande desafio, constituindo-se igualmente como um grande compromisso, que terá de ser assumido, seja por parte do atual executivo, seja por parte do próximo, tratando-se de uma das decisões que deverá ser transversal e apoiada por todos os elementos. No que respeita ao ponto cinco, informou ter sido criada uma rede de solidariedade, concretizada por propostas das instituições e organizações e que, por este motivo, o Município de Albergaria-a-Velha continuará a investir no apoio às instituições e organizações no concelho. Referiu que este é outro traço distintivo do município, que não aposta só na criação de

equipas de voluntariado, mas também na formação dos voluntários e na criação de condições para que estes estejam disponíveis e sejam apoiados na resposta que se pretende para o município. Relativamente ao ponto seis, referiu todos terem conhecimento da reabilitação que tem sido feita nos imóveis, em particular no Bairro das Lameirinhas e no Bairro de Eugénio Ribeiro. No âmbito do desenvolvimento da nova Lei de Bases da Habitação, este município concretizará uma estratégia municipal para a habitação, a qual atualmente se encontra a ser discutida com as entidades oficiais e será brevemente trazida à Assembleia Municipal para ser apreciada e votada. Nesse sentido, em 2021, será dada continuidade às obras de requalificação das habitações sociais, através de obras de requalificação e manutenção dos diferentes núcleos. Atualmente tem-se conhecimento da existência de 187 habitações que requerem intervenção, encontrando-se a estratégia identificada. A criação do Regulamento de Apoio ao Arrendamento foi outro ponto diferenciador neste município. No que respeita ao ponto sete, Cultura, um dos setores que mais sofreu no ano de 2020 e vai continuar a sofrer nos primeiros meses de 2021, informou que mesmo em condições mais adversas, o executivo fez a diferença, sendo transversal a vários serviços da Câmara Municipal em termos de utilização de ferramentas digitais, mesmo com grande prejuízo económico para o município, promovendo os artistas a nível regional e local. Recordou que quando ocorreu a segunda Guerra Mundial, também foi necessário reanimar as sociedades não só economicamente, mas também mentalmente, sendo a cultura um dos setores que terá um papel preponderante para o desenvolvimento, pós-pandemia COVID-19. Ainda neste âmbito, informou terem sido elaboradas três candidaturas em parceria com outros Municípios, para dinamizar e apoiar a cultura. No que respeita ao ponto oito, Desporto, disse considerar que o executivo também se pautou pela diferença relativamente a executivos anteriores, com a aquisição de equipamentos, tendo obtido dois reconhecimentos de âmbito nacional, na promoção da prática do desporto e, em particular, no desporto adaptado, com dois investimentos estratégicos: a requalificação da Piscina Municipal de Albergaria-a-Velha e a melhoria das condições da Piscina Municipal de São João de Loure e da Branca. Além dos investimentos efetuados nas piscinas, informou que será concluída uma nova pista de tartan na Branca, representando um investimento superior a 300.000,00€. No que respeita ao 2.º Eixo Estratégico, que consiste em atrair mais investimento e incrementar a capacidade competitiva do Município, informou que foram adquiridos mais de 1.500.000,00€ de terrenos destinados à expansão da Zona Industrial, através da contração de um empréstimo no montante de 900.000,00€, o qual foi aprovado pela Assembleia Municipal, havendo uma comparticipação comunitária no valor de 300.000,00€, pelo que o financiamento é de 600.000,00€, para a construção do novo arruamento, o qual vai fixar mais de vinte e cinco empresas. Há mais de vinte anos que o Município de Albergaria-a-Velha não adquiria terrenos e não tinha expandido a Zona Industrial, sendo uma realidade em 2021. Também irão existir medidas de apoio ao investimento e empreendedorismo, com mais de 100.000.000,00€, valor que a Câmara Municipal conseguiu captar para o investimento no Município de Albergaria-a-Velha, referindo estar a ser desenhado o próximo modelo de captação de investimento. Relativamente à dinamização do comércio local, informou que a autarquia irá continuara a trabalhar com a SEMA, com os comerciantes locais e com a PRAVE. Como exemplos, referiu a divulgação de novas tecnologias do comércio, com a dinamização e promoção de várias lojas, o cheque-compra da PRAVE, ao qual aderiram 1460 pessoas no período de Natal, potenciando o consumo no comércio tradicional e o projeto “porta-a-porta”. Relativamente a este último,

acrescentou que, além de todo o processo de solidariedade que ocorreu na primeira vaga da pandemia, atualmente funciona de uma forma mais organizada, potenciando o comércio local. Trata-se de uma parceria entre os CTT a PRAVE e Câmara Municipal, sendo transversal a todos os setores primários. Desta forma, valorizam-se os recursos endógenos, destacando-se quatro anos de promoção da carne marinhoa, projeto proposto no âmbito da Comunidade Intermunicipal, não tendo sido acolhido por outros parceiros. Esta medida é, atualmente, um selo que diferencia Albergaria-a-Velha no território, tendo em consideração que existirão mais de 3.000 hectares no Baixo-Vouga Lagunar, que representam um elevado potencial, não só na produção de milho e outros cereais, como na promoção de uma espécie que estava em vias de extinção. Relativamente ao Turismo, enquanto recurso estratégico no concelho, continuará a ser potenciado, levando a efeito várias iniciativas, como a organização de eventos especializados no turismo de natureza. Referiu que o território a nascente e a poente se apresenta como um dos patrimónios mais ricos da região de Aveiro, apostando a autarquia no turismo de qualidade e amigo do ambiente, dinamizando ainda um centro de atividades radicais e ambientais em Vilarinho de São Roque. Referiu-se às campanhas arqueológicas realizadas no Monte de São Julião na Branca, um património que vai para a 8.^a Campanha, onde as escavações estiveram mais de vinte anos paradas. Esta atuação aumenta o património, tendo já sido adquiridos terrenos para preservar e potenciar esse mesmo património com mais de dois mil anos. Pretende-se também continuar a reforçar e a potenciar o património da Pateira de Frossos, com um investimento superior a 200.000,00€, numa intervenção que vai desde o Centro Interpretativo da Pateira de Frossos, disponibilizando pontos de observação das aves. Referiu-se às rotas que se pretendem criar, uma das quais, no âmbito da estratégia da Comunidade Intermunicipal, a Grande Rota da Ria de Aveiro, sendo Albergaria-a-Velha o único Município que agrega as três rotas. Referindo-se ao Emprego e Formação, informou que a autarquia dará continuidade à dinamização desta área, destacando o trabalho de proatividade realizado no Gabinete de Inserção Profissional de Albergaria-a-Velha, que para além do número de pessoas que consegue empregar, tem sido um gabinete que tem contactado as empresas fazendo um trabalho excecional, não só para as empresas, mas acima de tudo para as pessoas desempregadas. Continuou referindo-se à Dinamização, Regeneração e Reabilitação Urbana, informando que a promoção do acesso à habitação no concelho é uma constante, prevendo-se que em 2021 sejam iniciadas novas intervenções, nomeadamente a requalificação da estação de caminho-de-ferro, aprovada na Câmara Municipal, processo que será trazido à próxima Assembleia Municipal, para votação do contrato a celebrar com as Infraestruturas de Portugal, requalificando, assim, o centro da cidade. Referiu-se também à promoção da mobilidade e da qualidade ambiental do Município, com destaque para a eficiência energética, mencionando um conjunto de equipamentos que hoje em dia são uma referência, tais como os painéis fotovoltaicos colocados num conjunto de equipamentos, para poupar e fornecer energia, nomeadamente na Piscina de Albergaria-a-Velha, que se encontra em obras, e que obteve financiamento através do pacto de desenvolvimento, para melhorar a eficiência ao nível da poupança de energia. Referiu-se também à rede ciclável e pedonal, com três investimentos, em Assilho e Sobreiro, com a aquisição de terreno para potenciar a expansão da rede ciclável. Neste âmbito, estão programadas mais duas intervenções, não só para aumentar aquela rede, mas também para dar continuidade à via ciclável existente entre Angeja e Frossos, sendo posteriormente efetuada entre Frossos e Loure. No que se refere às Acessibilidades e Transportes, recordou o projeto “Albus”,

que nasceu por pretensão política e também devido a proposta apresentada no âmbito do Orçamento Participativo, o qual já contou, nos últimos tinta e três dias, com a participação de trezentas e nove pessoas. Referiu que não chegarão a todo o território, mas darão resposta aos locais onde existe um maior número de pessoas que possam usufruir daquela oferta. No âmbito destas acessibilidades, já foi adjudicada a requalificação do Centro Coordenador de Transportes, com um investimento de cerca de 300.000,00€. Mais referiu que uma das grandes prioridades será a criação do Parque da Cidade de Albergaria-a-Velha, para o qual foram já escriturados os primeiros dois terrenos. No que respeita aos Resíduos Sólidos Urbanos, referiu ter melhorado a resposta ao nível da recolha do lixo, continuando a ser um Município diferenciador. Relativamente à Proteção Civil, informou existir uma candidatura aprovada para a construção de uma Helipista, com um investimento superior a 200.000,00€. No que respeita ao bem-estar Animal, referiu ser dos poucos Municípios com uma candidatura aprovada para o Centro de Recolha Oficial. No seguimento da tragédia que ocorreu num canil em Santo Tirso, o Governo recuou e acabou por ajudar a pagar o canil. Agradeceu ainda a colaboração das muitas pessoas que contribuíram, tanto com a venda como em doação de terrenos para a construção do futuro canil. Disse que as pessoas acreditam neste executivo, sendo um município rico pela qualidade de pessoas que colaboram e acreditam na sua estratégia, apoiando os vários projetos, os quais só são possíveis de dinamizar com o apoio das pessoas e das empresas. Referiu-se à promoção constante da qualificação e melhoria dos serviços públicos, através da desmaterialização dos documentos e da uniformização dos procedimentos que, no âmbito da Comunidade Intermunicipal, dará a possibilidade a qualquer munícipe poder entregar os seus documentos, com regras que permitam uma maior transparência e acessibilidade. Por último, referiu ser igualmente importante recorrer-se à alteração de posicionamento remuneratório dos trabalhadores da Câmara Municipal, por opção gestonária, enquanto mecanismo de reconhecimento do seu empenho, num período extraordinário de pandemia COVID-19, como forma de premiar a dedicação de todos os trabalhadores que, de uma forma mais ou menos visível, mantiveram em funcionamento os serviços, com responsabilidade, e sempre com pronta resposta mesmo fora de horário de serviço e que foram fundamentais. Será um reconhecimento, por força de mais de dez anos de congelamento das carreiras, entendendo o Município que será uma forma de compensá-los, permitindo um maior rendimento e tornando a autarquia num empregador mais competitivo em relação ao setor privado. Esta alteração permitirá também corrigir o facto, que se considera injusto, de que um colaborador que entre hoje na Câmara Municipal aufera um vencimento semelhante a outros com 15 anos de serviço. No que respeita ao mapa de pessoal, deu nota do aumento do número de recursos humanos previsto para o próximo ano. -----

Presidente da Assembleia Municipal – Usou da palavra, dando a palavra ao Membro Municipal Luís Oliveira. -----

Luís Oliveira – PPD/PSD – Usou da palavra, dizendo que o orçamento que lhes foi presente era uma prestação de contas do que se pretendia fazer num futuro próximo, mas que se baseava no presente e no passado recente, sendo a responsabilidade de quem o apresenta. Relativamente ao responsável máximo, o Presidente da Câmara Municipal, estariam na presença de uma pessoa com larga experiência de gestão de topo, com quase onze anos, dos quais sete na figura de Presidente e, por inerência, integra diversos cargos, nomeadamente o Conselho de Administração da AdRA. Relativamente ao passado recente, o grupo municipal do PSD teme que o valor de cerca de

1.063.000,00€ inscritos em passivos financeiros para 2021, entenda-se empréstimos, seja um valor virtual, porque em 2019 foram executados mais de 1.038.000,00€ do que o inscrito no orçamento apresentado em novembro de 2018 e, em 2020 mais de 1.000.00,00€ do que estava inscrito no orçamento de 2020. Ou seja, naqueles dois anos, foram executados mais de 2.038.000,00€ do que foi presente nos respetivos orçamentos. Com o capital contratualizado e ainda não utilizado, bem como o valor inscrito no orçamento para empréstimos, no valor de 1.103.000,00€, faz com que o valor disponível para 2021 seja superior a 3.200.000,00€. Referiu, por curiosidade que, em 2021, será o Presidente de Câmara Municipal que anualmente mais contratualizou empréstimos num valor estimado em cerca de 882.000,00€/ano. Referiu que, em setembro, aquando da discussão dos empréstimos, o Sr. Presidente da Câmara Municipal, de uma forma extremamente franca e honesta, afirmou que poderia fazer todas as obras a que se tinha proposto, sem recorrer a contratualização de empréstimos, entenda-se, antecipações de receitas devidamente oneradas, se utilizasse instrumentos orçamentais que tivesse ao seu dispor. Referiu ser uma posição legítima, mas que era uma opção política, com a sua leitura e consequência política, porque aquela antecipação de receita, de uma forma devidamente onerada, teria de ser paga no futuro, projetando-se muito nos munícipes, mais envelhecidos e a precisar de mais cuidados, com maiores despesas e com menor capacidade económica. A sabedoria popular costuma relembrar acontecimentos que têm tendência a repetir-se e conforme o ditado diz “não há duas sem três”, pelo que espera o mesmo comportamento em 2021. Relativamente à evolução do primeiro semestre de 2020, referiu que a despesa de capital caiu a pique relativamente a 2019 e que em outubro de 2020 foi aprovada, na Câmara Municipal, uma reprogramação financeira com dilação das obras, algumas delas com financiamento comunitário, para o ano 2021, concretizando-se agora com um pico enorme de investimento em 2021, de cerca de 5.400.000,00€, mas cairá a pique no ano subsequente, com um novo pico para o ano eleitoral de 2025. Referiu também ver inscritas obras que transitaram dos anos anteriores, ou seja, concentrando no ano de 2021 um conjunto enorme de obras, recorrendo a estratégias de marketing para dar a sensação que o volume de obras executadas no mandato é enorme, quando efetivamente não é, rivalizando bem com o Partido Socialista a nível nacional, com recurso sistemático a spin-off's. O objetivo desta metodologia é bastante claro, é concentrar em 2021 uma grande quantidade de obras, dando a sensação de grande atividade, estratégia que já seguiu em 2017. É uma má marca do ADN do CDS-PP na gestão do Município de Albergaria-a-Velha, estratégia que prejudica efetivamente os munícipes de Albergaria-a-Velha, porque concentra os investimentos no ano de eleições, em que os preços disparam, os prazos de execução derrapam, e a qualidade de execução baixa estrondosamente. Outro ponto recorrente nos orçamentos é a forte expansão da despesa corrente que, consequentemente, coloca forte pressão ao saldo corrente e que resulta da diferença que se verifica entre a receita corrente e a despesa corrente, tendo chamado consecutivamente a atenção para esta questão. Este baixo valor do saldo corrente indicia que haverá dificuldades para o município, no futuro, em que o Sr. Presidente da Câmara Municipal adotou como estratégia um aumento de impostos diretos, de 2022 em diante, de forma a contrariar esta tendência de redução, já o tendo admitido naquela Assembleia, evidenciando para o próximo mandato uma inversão da política fiscal, com o aumento do valor cobrado em impostos diretos pelo Município de Albergaria-a-Velha. No entanto, pensam que aquele documento não incorpora a conjectura de retração económica e social em que se encontram, e que devido ao envelhecimento populacional, à redução de

população residente, à forte redução de pessoas empregadas no Município, fruto do forte aumento de desemprego municipal, à forte redução da atividade económica em que se vive e se vai viver em 2021, será previsível que as receitas previstas para 2021 sejam afetadas e que o valor cobrado seja bastante inferior ao que se encontra inscrito nos documentos previsionais para 2021. -----

Jesus Vidinha – PS – Usou da palavra, dizendo que o problema na discussão do orçamento deve-se à não previsão da execução do ano corrente de 2020, para que se pudesse fazer uma comparação das previsões para o ano seguinte. Considerando todo o cenário descrito no Orçamento de Estado, com um crescimento do PIB: na Zona Euro de 5%; ao nível nacional, de 5,4%; de 3,9% no consumo privado e de 2,4% no crescimento de consumo público em 2021. Utilizando estes valores, analisando todo o portefólio de receitas, constata-se a existência de previsões inflacionadas ou, pelo menos, não sustentadas no cenário que presidiu no Orçamento de Estado, não tendo sido atendido esse cenário na construção do orçamento. Deu o exemplo de que, para 2021, são previstas, no total, cerca 18.000.00,00€ do lado das receitas, sendo que até à data, e de acordo com a informação dada de 23/11/2020, só foram cobrados 81% desses 18.000.000,00€. Ou seja, uma diferença de 10% entre a previsão corrigida de 2020 e a previsão para 2021, sendo que da previsão corrigida para 2020 só foram cobrados até agora 81%, o que significa haver, ainda, 1.000.000,00€ que não entraram nos cofres da Câmara Municipal, dando uma ideia da pouca razoabilidade das previsões nas quais se sustenta o orçamento. Com todo este contexto de pandemia, houve uma quebra da economia, sendo certo que em 2021 vai haver alguma recuperação, mas não se irá atingir os patamares de 2019. Por exemplo, os impostos diretos têm uma previsão de aumento de 4%, sendo que há uma previsão de crescimento de 12%, da derrama, quando a previsão de crescimento económico nacional anda nos 5,4%, verificando-se um desfasamento muito grande, levando à convicção de que existe pouca sustentabilidade nas previsões. Referiu-se às taxas, multas e outras penalidades, onde existe uma previsão de aumento de 43%, quando comparado com a previsão para 2020. Em relação aos loteamentos e obras há uma previsão de crescimento de 56% em 2021. Mas até novembro só foram cobrados 39,7% da receita prevista para o ano de 2020. Ou seja, existem algumas previsões de crescimento para 2021 que não se compaginam com a realidade, designadamente com a previsão de crescimento económico para 2021. Seguidamente, passou à análise da despesa, pedindo alguns esclarecimentos, considerando que o crescimento de previsão relativamente a 2020 é muito significativa, com um aumento de 7,9% em despesas de representação, no valor de 51.000,00€. Verificando-se que na rubrica “Pessoal em regime de tarefa ou avença” há um aumento de 41,5%, rondando o valor de 30.750,00€. No momento em que somos confrontados com os problemas de alterações climáticas, chamou a atenção para a existência de uma previsão de consumo de combustível fóssil de 30%, com uma previsão de crescimento de consumo de gasolina em 2021 de 10.000,00€, quando deveria assistir-se a um processo de renovação da frota da Câmara Municipal, contribuindo assim para a descarbonização dos meios de transporte usados. Referiu ainda que a rubrica “Deslocações e estadas” tem um aumento de 79,2%, no valor de 110.000,00€, solicitando esclarecimentos face ao aumento significativo, quando comparado com as previsões de 2020 para 2021. Na rubrica “Estudos, pareceres, projetos e consultoria”, verifica-se um aumento de 13,6%, no valor de 152.500,00€, existindo uma previsão para a Associação de Municípios de um aumento em 47,4%, quando comparado com a previsão feita para 2020, no valor de 94.469,00€, assunto relativamente ao qual também solicitou esclarecimentos. Quanto às despesas de capital,

referiu que o próximo ano será ano de eleições, verificando-se um acréscimo notório de 35,4% na rubrica “viadutos, arruamentos e obras complementares”, um aumento de 71%, cerca de 2.000.000,00€. Relativamente às despesas de capital, o que ressalta é a rubrica “outros”, que é consistente em todos os orçamentos, na qual se encontra previsto um investimento em arruamentos e obras complementares no valor de 1.043.983,00€, quando está previsto na rubrica “viadutos e arruamentos” o valor de cerca de 2.000.000,00€. Ou seja, uma rubrica significativa, mas da qual não se sabe onde vai ser aplicado o valor. Aludiu também às Grandes Opções do Plano para 2021, no que se refere à ampliação da Zona Industrial, dizendo que o Partido Socialista também teria que reivindicar os seus louros, uma vez que também contribuiu para que aquela ampliação fosse concretizada, sendo um marco no desenvolvimento do concelho, que permitirá mais investimento e mais emprego. Dada a transparência que todo o processo deve ter, apesar do Aviso do Período de discussão pública do Regulamento do Loteamento da Zona Industrial já ter sido publicado, disse entender que esse período não se deveria circunscrever apenas a quinze dias, prazo mínimo estipulado na Lei, mas deveria ter um período mais alargado, não só devido à pandemia que se a atravessa, mas também pelo facto de ser um processo que deveria decorrer com a máxima transparência, com um prazo de pelo menos trinta dias, à semelhança do que acontece com o Plano Municipal, dando também o exemplo do que aconteceu com o Regulamento de Apoio às Associações. Referiu-se à questão da habitação como sendo um setor que o Partido Socialista não deixará cair, mantendo persistência e resiliência na sua defesa. Referiu não subscrever a posição da Câmara Municipal de que no setor da habitação a solução passe essencialmente por subsidiar rendas, dando nota de haver carência de habitação também para outros setores da população, com determinado tipo de rendimentos, com salários que não serão muito elevados, pelo que aguardará pela Carta Municipal da Habitação e pela estratégia que aí venha vertida, desejando que a Câmara Municipal tenha uma intervenção direta no mercado da habitação, fazendo ofertas para determinados setores da população. -----

Presidente da Câmara Municipal – Usou da palavra, respondendo aos Membros Municipais Jesus Vidinha e Luís Oliveira, referindo que no mês de dezembro já tinham sido arrecadados 1.000.000,00€ de receitas previstas, garantindo que, enquanto fosse Presidente da Câmara Municipal não iria aumentar a carga fiscal aos munícipes. Referiu existir um equilíbrio orçamental, em termos de receitas e despesas, sendo um princípio pelo qual o executivo se tem pautado nos sete anos de governação. Mais referiu que, se daqui a nove meses não estiver em exercício de funções, o Município de Albergaria-a-Velha terá menos dívida, mesmo com os quatro empréstimos que foram aprovados, dispondo de mais património, voltando a ter uma almofada financeira, porque os terrenos que o CDS-PP adquiriu durante sete anos, ficarão novamente disponíveis para eventual venda. Confirmou que alguns dos terrenos foram adquiridos com recurso a empréstimos, mas irão gerar receitas, com a entrada de capital e com a criação de receita fiscal. Ou seja, a Câmara Municipal de Albergaria-a-Velha volta a dispor de fontes de receita, podendo candidatar-se a fundos comunitários. Referiu-se ainda à apresentação de uma candidatura para a realização da obra de requalificação da Rua Gonçalo Eriz, a qual obteve financiamento, com a entrada de capital no valor de 156.355,18€, pelo que o empréstimo contraído foi amortizado logo que as verbas entraram nos cofres da Câmara Municipal. Esclareceu não se tratar apenas de obrigações legais, uma vez que a autarquia amortizou o empréstimo antes do período definido, aumentando, por isso, o património, com a redução de dívidas. Referiu que as contas

estão controladas, seguindo o princípio de gastar menos em face do projetado, tentando que a taxa de execução das receitas seja superior à prevista, com recurso a uma boa gestão, defendendo os interesses dos albergarienses. Quanto à saúde, referiu que caso o Governo dê garantias de um serviço de qualidade e disponibilização de médicos, a Câmara Municipal não se importará de investir, deduzindo que toda a Assembleia Municipal estaria disponível para se endividar mais do que deveria, para garantir um serviço de qualidade nesta área. Respondeu ao Membro Municipal Luís Oliveira, dizendo não ser necessário aumentar os impostos, mas sim apostar nas pessoas, pois a Câmara Municipal tem a preocupação de criar melhores condições, mantendo as contas equilibradas e seguras, tal como se encontram na atualidade. -----

Luís Oliveira – PPD/PSD – Usou da palavra, dizendo que a previsão das eleições baseava-se no ditado popular, “a candeia que vai à frente, alumia duas vezes”, referindo que o CDS-PP vai mesmo muito à frente e com muita vantagem, havendo ainda quem diga “a gente não ganhou as eleições, o poder é que o perde”. Referiu que as eleições não se compaginavam com o que o próprio pensava, ou com o que o Sr. Presidente da Câmara Municipal pensaria vir a acontecer. Relativamente às contas, referiu que os empréstimos atuais traduzir-se-ão em impostos, *à posteriori*, e que se tal não acontecer agora, acontecerá mais tarde, pois os empréstimos terão que ser pagos. -----

Jesus Vidinha – PS – Usou da palavra, solicitando esclarecimentos ao Sr. Presidente da Câmara Municipal quanto à rubrica “estudos, pareceres, projetos e consultorias”, questionando quais os estudos e projetos que a Câmara Municipal pretende concretizar e que implicam o aumento da receita. Solicitou igualmente esclarecimentos quanto ao pessoal em regime de tarefa ou avença, questionando que tipo de pessoal é que vai ser abrangido, uma vez que implica um aumento de 41,5% relativamente à previsão para 2020. Referiu estar a efetuar comparações entre previsões, pois é o único instrumento que tem ao dispor. -----

Paulo Silva – CDS-PP – Usou da palavra para destacar e sublinhar a capacidade de gestão do Município, permitindo a amortização antecipada de compromissos financeiros, não aumentando impostos e, ao contrário do que foi dito durante anos na Assembleia Municipal, o Município não caiu em endividamento excessivo. Referiu que a estratégia foi muito clara, baixando as taxas o mais possível, sempre paulatinamente, não provocando choques fiscais, fazendo o seu trabalho, utilizando aquilo que recebe para investir. Referiu ser uma mudança estrutural naquilo que é a política financeira do Município, quando se amortizam empréstimos antecipadamente e se adquire património, realizando capital com a venda desse mesmo património. Referiu que considerava muito importante tudo o que a Câmara Municipal tinha comprado, porque era uma política completamente diferente, refletindo uma política de investimento para o emprego, para a criação de riqueza e não para a geração de maior volume de despesa corrente, porque despesa corrente não irá faltar nos municípios nos próximos anos, bastando falar-se da descentralização, sendo que o investimento e a possibilidade de melhorar a vida das pessoas nem sempre era certa e possível. -----

Rui Sousa – PPD/PSD – Usou da palavra, referindo-se à posição do grupo do PPD/PSD, que mais uma vez vai ao encontro da posição tomada em reunião da Câmara Municipal, pois a discussão do plano de atividades e orçamento para 2021 reflete o encerrar do mandato e algumas das críticas apresentadas nos últimos três anos, que se mantêm válidas para o orçamento em apreciação, pois algumas questões deviam ter sido tratadas de outra forma e com definição de prioridades diferente da

opção seguida. No entanto, como o CDS-PP tem maioria absoluta, tanto na Câmara Municipal como na Assembleia Municipal, foi definindo estratégias, marcando o tempo como entendia. Referiu que os temas apresentados pelo PPD/PSD foram adiados, tanto o Parque da Cidade como a questão da habitação, a regeneração urbana, a dinamização do centro da cidade, aguardando pelo grau de execução de todas as obras e projetos anunciados, nomeadamente no que se irá traduzir o alargamento da Zona Industrial em 2021. Informou que o PPD/PSD irá votar contra a proposta da Câmara Municipal. -----

Presidente da Câmara Municipal – Usou da palavra, dizendo que o executivo aceita as críticas construtivas, discordando da intervenção do Membro Municipal Rui Sousa, que considerou injusta, uma vez que o mais difícil tinha sido feito, tanto no Bairro das Lameirinhas como na Rua Eugénio Ribeiro. Recordou que tinham identificado 187 fogos para posterior intervenção da autarquia. Realçou que o executivo já realizou obras, que estão visíveis, sabendo o executivo o que quer e para onde vai. -----

Presidente da Junta de Freguesia de São João de Loure e Frossos – Tendo em consideração a intervenção do Sr. Presidente da Câmara Municipal, o qual referiu que o dinheiro não era o problema, mas sim a existência de quadros que garantissem um serviço de qualidade, na área da saúde, deu nota que no caso do território localizado a sul do município o problema estaria resolvido, pois existe uma boa equipa, como têm demonstrado os rácios relativos ao desenvolvimento da rede do ACES e das suas competências, no que respeita às USF's. Referiu, no entanto, que seria necessário ouvir as equipas de trabalho, indo ao encontro das suas necessidades. Informou que as equipas de trabalho não pretendem mais contentores, mas sim instalações físicas, tendo já sido apresentada uma sugestão, nem que seja a título provisório, pois a equipa tem uma opinião bem formada, não entendendo o porquê desta não ser acatada pelo Município, estando a sacrificar-se a população, sem os cuidados que lhe são devidos.

Jesus Vidinha – PS – Usou da palavra, dizendo que a intervenção do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de São João de Loure e Frossos não se compaginava com a posição assumida pelos diferentes responsáveis pelas Unidades de Saúde Familiar, numa recente reunião tida com a Deputada da Comissão Parlamentar da Saúde, Susana Correia, com todos os coordenadores das Unidades de Saúde Familiares do Concelho e com o responsável do ACES. -----

Presidente da Junta de Freguesia de São João de Loure e Frossos – Usou da palavra, mencionando que possivelmente não se tinha expressado bem ou não o tinham entendido corretamente, pois no âmbito dos rácios de desempenho e competência, a Unidade de Saúde do Baixo-Vouga posicionava-se dentro das dez melhores Unidades, no raio do ACES, não acreditando que a referida informação tenha sido prestada de forma errada, pois tinha vindo de uma fonte segura. -----

Presidente da Câmara Municipal – Usou da palavra, referindo-se ao último *ranking*, esclarecendo que não corresponderia à verdade, e que não iria discutir a qualidade de médicos e de outros profissionais de saúde, porque até a Unidade de Saúde Rainha D. Teresa estaria em 3º lugar. Alertou para o facto de nem sempre os dados serem credíveis. -----

Jesus Vidinha – PS – Usou da palavra, esclarecendo que aquilo que tinha dito anteriormente não era para contrariar nem a qualidade dos profissionais nem a qualidade das Unidades de Saúde Familiares do Concelho. -----

Presidente da Assembleia Municipal – Não havendo mais intervenções, colocou a votação o ponto 6, cujas alíneas seriam votadas separadamente. -----

Votação: a) Colocado a apreciação e votação, estando presentes vinte e cinco Membros Municipais, a Assembleia Municipal de Albergaria-a-Velha deliberou, por maioria, com dezasseis votos a favor, dos onze Membros Municipais do CDS-PP e dos Presidentes das Juntas de Freguesia de Albergaria-a-Velha e Valmaior, Alquerubim, Angeja, Branca, Ribeira de Fráguas; três abstenções, dos dois Membros Municipais do PS, e do Presidente da Junta de Freguesia de São João de Loure e Frossos, e seis votos contra, dos/as Membros Municipais do PPD/PSD, aprovar, nos termos do disposto da alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º, conjugado com a alínea a) do n.º 1 do art.º 25 do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e ainda atentos ao disposto na Lei n.º 35/2014 de 20 de junho, as Grandes Opções do Plano (Plano Plurianual de Investimentos e Atividades Mais Relevantes) e o Orçamento (Mapa das Receitas, Mapa das Despesas e Quadro-Resumo) para o ano de 2021. -----

b) Colocado a apreciação e votação, estando presentes vinte e cinco Membros Municipais, a Assembleia Municipal de Albergaria-a-Velha deliberou, por maioria, com dezasseis votos a favor, dos onze Membros Municipais do CDS-PP e dos Presidentes das Juntas de Freguesia de Albergaria-a-Velha e Valmaior, Alquerubim, Angeja, Branca, Ribeira de Fráguas; três abstenções, dos dois Membros Municipais do PS, e do Presidente da Junta de Freguesia de São João de Loure e Frossos, e seis votos contra, dos/as Membros Municipais do PPD/PSD, aprovar nos termos do disposto da alínea o) do n.º 1 do art.º 25 do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o Mapa de Pessoal para 2021. -----

Os documentos relativos ao Orçamento Municipal do município dão-se aqui como inteiramente reproduzidos, para todos os efeitos legais, e de acordo com o disposto no n.º 1, do art.º 5.º do Decreto-Lei n.º 45362, de 21 de novembro de 1963, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 334/82, de 19 de agosto, vão ficar arquivados na pasta anexa ao livro de atas (Doc. 5 - fls 9). -----

José Alho – PPD/PSD – Usou da palavra, dizendo que o grupo municipal do PPD/PSD tinha uma declaração de voto para apresentar, solicitando, no entanto, esclarecimentos quanto à declaração apresentada pelo PS no Ponto 3 da Ordem de Trabalhos, uma vez que a mesma não foi lida, solicitando que o informasse se devia ler a sua ou não, por uma questão de igualdade de tratamento. --

Presidente da Assembleia Municipal – Usou da palavra esclarecendo que, de facto, de acordo com o Regimento, deveria ter sido lida, embora a intervenção feita pelo Membro Municipal Jesus Vidinha tenha sido aquilo que entregou. Mas devia-se cumprir o Regimento e para esse efeito pediu ao Membro Municipal Jesus Vidinha para ler a declaração de voto referente ao ponto 3 da Ordem de trabalhos. Assim sendo, deu a palavra ao Membro Municipal José Alho para que lesse a declaração de voto, dando a palavra, de seguida, ao Membro Municipal Jesus Vidinha para que efetuasse o mesmo procedimento. -----

José Alho – PPD/PSD – Apresentou uma declaração de voto, do Grupo Municipal do PPD/PSD, que foi lida e a qual se anexa à presente ata, passando a fazer parte integrante da mesma (Doc. 6 - Fls. 2).

Presidente da Assembleia Municipal – Usou da palavra, informando que eram 00h30m e que, de acordo com o n.º 2 do art.º 16.º do Regimento, as sessões poderiam prolongar-se para além da hora limite, nunca por período superior a uma hora, se o plenário o deliberasse sem votos contra. Colocada a votação a continuidade da sessão, verificou-se haver unanimidade dos/as Membros Municipais presentes a favor desta continuidade. Deu a palavra ao Membro Municipal Jesus Vidinha para que lesse a declaração de voto anteriormente anunciada. -----

Jesus Vidinha – PS – Usou da palavra, recordando o Membro Municipal José Alho que as declarações

de voto não eram matéria de discussão, não carecendo da sua leitura. -----

Presidente da Assembleia Municipal – Usou da palavra dizendo estar de acordo com o Regimento ler a declaração de voto. -----

Jesus Vidinha – PS – Procedeu à leitura de uma declaração de voto do Grupo Municipal do PS, referente ao ponto 3, cuja leitura não tinha sido feita oportunamente. -----

Presidente da Assembleia Municipal – Ato contínuo, deu início à apreciação do Ponto 7 da ordem de trabalhos. -----

Ponto 7 – Apreciação e votação do projeto de Regulamento Municipal de Instrução de Procedimentos Administrativos -----

Presidente da Assembleia Municipal – Deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal para os esclarecimentos necessários. -----

Presidente da Câmara Municipal – Usou da palavra, referindo que a uniformização dos procedimentos e dos formulários que irão ser implementados é um trabalho intensivo que tem vindo a ser desenvolvido pelos onze Municípios da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro, sendo um dos primeiros pontos de reflexo do esforço e dedicação de muitos profissionais daquelas Câmaras Municipais, que permitirão ao cidadão comum, em qualquer parte da região, ter acesso digital a vários formulários e procedimentos. **Presidente da Assmbleia Municipal** – Solicitou inscrições. Não havendo inscrições para intervir, colocou a votação do ponto 7 da Ordem de Trabalhos. -----

Votação: Colocado a votação, estando presentes vinte e cinco Membros Municipais, a Assembleia Municipal de Albergaria-a-Velha deliberou, por unanimidade, com vinte e cinco votos a favor, dos/as doze Membros Municipais do CDS-PP, dos/as seis Membros Municipais do PPD/PSD, dos dois Membros Municipais do PS, dos Presidentes das Juntas de Freguesia de Albergaria-a-Velha e Valmaior, Alquerubim, Angeja, Branca, Ribeira de Fráguas e de São João de Loure e Frossos, aprovar, nos termos da alínea g), do n.º 1, do art.º 25 do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o projeto de Regulamento Municipal de Instrução de Procedimentos Administrativos, cuja cópia fica anexa à presente ata, dela fazendo parte integrante (Doc. 7 - fls 8). -----

Ponto 8 – Apreciação e votação de: a) autorização prévia genérica para assunção de compromissos plurianuais ou sua reprogramação, no âmbito da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, durante o ano de 2021, nos casos seguintes: - que resultem de projetos ou ações constantes das Grandes Opções do Plano; - cujos encargos não excedam o limite de 99.759,58 € em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de 3 anos; b) delegação da respetiva competência no Presidente da Câmara Municipal

Presidente da Assembleia Municipal – Usou da palavra, referindo que apenas iria haver uma apreciação e uma votação porque uma alínea era inerente à outra, solicitando ao Sr. Presidente da Câmara Municipal os esclarecimentos necessários. -----

Presidente da Câmara Municipal – Usou da palavra dizendo estar disponível para esclarecer os Membros da Assembleia Municipal. -----

Presidenta da Assembleia Municipal – Solicitou inscrições para intervir no ponto em apreciação. -----

Jesus Vidinha – PS – Usou da palavra, referindo que a referida assunção de compromissos obriga a Câmara Municipal a dar conhecimento de todos os contratos estabelecidos com um valor inferior a 99.759,58€, tal como se verifica no ponto da ordem de trabalhos seguinte. Analisando os contratos

estabelecidos e publicados nos últimos três meses, verificou-se que o número de contratos com valor inferior ao indicado era muito superior ao que foi indicado na informação relativa ao ponto da ordem de trabalhos seguinte, referindo que aí apenas estavam mencionados dois contratos, de valor inferior a 99.000,00€ havendo, contudo, a necessidade de acrescentar oito contratos, também de valor inferior a 99.000,00€, considerando existir um défice de informação. -----

Presidente da Câmara Municipal – Usou da palavra referindo não lhe ser possível no momento esclarecer o Membro Municipal Jesus Vidinha, pois todos os contratos plurianuais e a assunção desses compromissos teriam que ir à Assembleia Municipal. -----

Jesus Vidinha – PS – Usou da palavra, referindo que todos os contratos assumidos pela Câmara Municipal deveriam ali estar mencionados, tendo identificado dez contratos, admitindo que poderia estar errado e que não fosse obrigatório, solicitando, no entanto, os devidos esclarecimentos. -----

Presidente da Câmara Municipal – Informou que os contratos são plurianuais, havendo a obrigatoriedade de ser colocados à apreciação da Assembleia Municipal, o mesmo não acontecendo relativamente aos contratos de valor superior a 99.000,00€. -----

Jesus Vidinha – PS – Usou da palavra, referindo ter havido um esclarecimento sobre a questão de ser contrato plurianual, tendo identificado um contrato de 399 dias, de valor inferior a 99.000,00€. -----

Presidente da Câmara Municipal – Esclareceu que todos os contratos plurianuais, que ultrapassem o período temporal de um ano, independentemente do valor, teriam de ser trazidos à Assembleia Municipal. Deu o exemplo dos contratos relativos aos serviços prestados com os elevadores ou contratos com a iluminação do natal, que transitam de um ano para o outro e têm obrigatoriamente de ser trazidos à Assembleia Municipal, sendo ratificados pelo órgão deliberativo. -----

Luís Oliveira – PPD/PSD – Usou da palavra, referindo que caso um contrato transitasse de um orçamento para outro, teria obrigatoriamente que ser trazido à Assembleia Municipal, independentemente do valor. Mais referiu que, caso se verifique existir um contrato de um só orçamento, de uma só execução, com valor de 70.000,00€ ou 80.000,00€, será da competência do Sr. Presidente da Câmara Municipal, não dizendo respeito à Assembleia Municipal, podendo, neste caso, consultar-se a plataforma Base.Gov (Base dos contratos públicos online). -----

Presidente da Assembleia Municipal – Não havendo mais inscrições, colocou a votação o Ponto 8. **Votação:** Colocado a votação, estando presentes vinte e cinco Membros Municipais, a Assembleia Municipal de Albergaria-a-Velha deliberou, por unanimidade, com vinte e cinco votos a favor, dos/as doze Membros Municipais do CDS-PP, dos/as seis Membros Municipais do PPD/PSD, dos dois Membros Municipais do PS, dos Presidentes das Juntas de Freguesia de Albergaria-a-Velha e Valmaior, Alquerubim, Angeja, Branca, Ribeira de Fráguas e de São João de Loure e Frossos, aprovar: 1. Autorização prévia genérica para assunção de compromissos plurianuais ou sua reprogramação, no âmbito da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, durante o ano de 2021 para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 1, do artigo 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, nos casos seguintes: a) resultem de projetos ou ações constantes das Grandes Opções do Plano; b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 € em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de 3 anos; 2. Delegação da respetiva competência no Presidente da Câmara Municipal, nos termos do n.º 3, do art.º 6º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação dada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março, para o ano de 2020, a competência prevista na alínea c), do n.º 1, do

art.º 6.º, do mesmo diploma legal, nas situações em que o valor do compromisso plurianual é inferior ao montante a que se refere a alínea b), do n.º 1, do art.º 22, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho - € 99.759,58, bem como a autorização de compromissos plurianuais referentes à inclusão de novos projetos/ações ou à reprogramação de um projeto ou ação (PPI ou PA) que implique uma alteração do montante global da despesa, cujo valor seja inferior àquele montante; 3. a assunção de compromissos plurianuais, incluindo novos projetos de investimento ou sua reprogramação, a coberto de autorização prévia concedida, nos termos do número anterior, só se efetuar quando, para além das condições previstas no número anterior, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na Lei n.º8/2012, de 21 de fevereiro, e cumpridos os demais requisitos legais de execução das despesas; 4. em todas as sessões ordinárias da Assembleia Municipal ser prestada informação, através de listagem, sobre os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica concedidas. -----

Ponto 9 – Apreciação dos compromissos assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, no âmbito da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, emitida pela Assembleia Municipal na sua sessão de 04.12.2019 – período compreendido entre 26.08.2020 e 24.11.2020 -----

Presidente da Assembleia Municipal – Usou da palavra, solicitando ao Sr. Presidente da Câmara Municipal se introduzisse o ponto. -----

Presidente da Câmara Municipal – Usou da palavra informando estar disponível para os esclarecimentos necessários. -----

Presidente da Assembleia Municipal – Não havendo inscrições, deu início à apreciação do Ponto 10 da Ordem de Trabalhos. -----

Ponto 10 – Proposta de aprovação em minuta, para efeitos da sua imediata executividade, dos pontos 3 a 8 do presente Edital, nos termos do n.º 3, do art.º 57.º, do Anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

Presidente da Assembleia Municipal – Não havendo inscrições, colocou a votação o Ponto 10. -----

Votação: Colocado a votação, estando presentes vinte e cinco Membros Municipais, a Assembleia Municipal de Albergaria-a-Velha deliberou, por unanimidade, com vinte e cinco votos a favor, dos/as doze Membros Municipais do CDS-PP, dos/as seis Membros Municipais do PPD/PSD, dos dois Membros Municipais do PS, dos Presidentes das Juntas de Freguesia de Albergaria-a-Velha e Valmaior, Alquerubim, Angeja, Branca, Ribeira de Fráguas e de São João de Loure e Frossos, aprovar em minuta, para efeitos da sua imediata executividade, dos pontos 3 a 8 do presente Edital. -----

Presidente da Assembleia Municipal – Deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal. -----

Presidente da Câmara Municipal – Usou da palavra, agradecendo a colaboração da Assembleia Municipal, de todos os Presidentes das Juntas de Freguesia, de todos os Vereadores, neste ano em particular, pela complexidade do período que se atravessa, desejando um Santo Natal e um ano de 2021 com melhor saúde para todos e respetivas famílias. -----

Presidente da Assembleia Municipal – Informou não haver inscrições para intervenção do público. Agradeceu aos colaboradores da Assembleia Municipal, mais uma vez, o empenho e o brio, permitindo que a Assembleia Municipal decorresse de uma maneira bastante funcional, agradecendo também aos colaboradores do Cineteatro Alba, pela sua incedível colaboração, brio profissional e qualidade com que sempre brindavam esta Assembleia. Num ano difícil, em que continuavam a combater uma batalha

que estaria muito longe de terminar, a qual virá acompanhada de uma grave crise económica, desejou boas festas, um Feliz e Santo Natal e um próspero ano novo, com muita saúde e sorte para todos, fazendo votos de que juntos consigam ultrapassar esta crise, dando por encerrada a sessão eram 00h45m. -----

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na Sessão Ordinária de dezembro da Assembleia Municipal, de acordo com o disposto no número três, do artigo trigésimo primeiro, do Regimento e vai ser assinada pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Dr. Mário Rui de Almeida Branco e por mim, Maria Leonor Cozinha Rodrigues Fonseca, Técnica Superior, que a redigi. -----

O Presidente da Assembleia Municipal _____

A Técnica Superior _____